



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**  
**ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**POBREZA E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL**

**MATILDE MARQUES BANDEIRAS DE SOUSA CORREIA**

**SETEMBRO - 2024**



Lisbon School  
of Economics  
& Management  
Universidade de Lisboa

**MESTRADO**  
**ECONOMIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO**  
**DISSERTAÇÃO**

**POBREZA E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL**

**MATILDE MARQUES BANDEIRAS DE SOUSA CORREIA**

**ORIENTAÇÃO:**

**PROFESSOR DOUTOR JOÃO ALFREDO DOS REIS PEIXOTO**

**SETEMBRO - 2024**

*Ó Prudentes! não sei se mais me ria,  
Se mais chore de ver a vossa cegueira!  
Pois vós, cuidando ter a luz do dia  
Nas mãos, tende-as cheias de poeira!  
Vós chamai-vos a Ordem, Harmonia...  
Mas, nos frutos, qualquer vê que a figueira  
Que, em rebentando o estio, não rebenta  
É porque apenas sobre a areia assenta!*

- Antero de Quental, “À Europa” (1864)

## GLOSSÁRIO

EU-SILC – *European Union-Statistics on Income and Living Conditions*

FFMS – Fundação Francisco Manuel dos Santos

ICOR – Inquérito das Condições de Vida e Rendimento

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISCO – *International Standard Classification of Occupations*

OIM – Organização Internacional das Migrações

OM – Observatório das Migrações

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

UE – União Europeia

## RESUMO

A imigração tem ocupado cada vez mais o discurso político, havendo bastantes divergências sobre como as políticas públicas devem abordar esta questão. No sentido de tentar compreender e expor as fragilidades da população imigrante em Portugal, esta dissertação visa o estudo da relação entre pobreza e imigração, procurando perceber em que medida é que os imigrantes estão mais expostos à pobreza face aos nacionais e os fatores que mais poderão contribuir para tal.

Este estudo inclui um enquadramento teórico que discute o conceito e operacionalização da pobreza, bem como algumas teorias migratórias e a expressão da pobreza na população imigrante, principalmente a nível internacional. Depois de uma análise do conhecimento disponível sobre pobreza e imigração em Portugal, segue-se uma secção empírica que analisa esta questão de forma descritiva e econométrica, a partir dos dados do Inquérito sobre as Condições de Vida e Rendimentos (ICOR), entre os anos 2012 e 2023.

Com base na análise descritiva e na estimação de um modelo para a respetiva avaliação das causas, as principais conclusões desta dissertação são que os estrangeiros extra-UE estão significativamente mais expostos à pobreza do que os nacionais, e os estrangeiros da UE têm uma tendência para estarem menos expostos do que os nacionais. O tipo de integração no mercado de trabalho e os níveis de educação são os fatores mais preponderantes para explicar o nível de rendimento dos indivíduos, justificando os resultados observados na população estrangeira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pobreza; Imigração; Portugal; Políticas Migratórias.

**CÓDIGOS JEL:** F22; I32; J15; J18; J61.

## ABSTRACT

Immigration has increasingly occupied the political discourse, and there is a lot of disagreement about how public policies should address this matter. In order to try to understand and expose the fragilities of the immigrant population in Portugal, this dissertation aims to study the relationship between poverty and immigration, trying to understand the extent to which immigrants are more exposed to poverty than nationals and the factors that may contribute most to this.

This study includes a theoretical framework that discusses the concept and operationalization of poverty, as well as some migration theories and the expression of poverty in the immigrant population, mainly at international level. After an analysis of the available knowledge on poverty and immigration in Portugal, there follows an empirical section that analyses this issue descriptively and econometrically using data from the European Union Statistics on Income and Living Conditions (EU-SILC), between 2012 and 2023.

Based on descriptive analysis and the estimation of a model to assess the causes, the main conclusions of this dissertation are that non-EU foreigners are significantly more exposed to poverty than nationals, and EU foreigners tend to be less exposed than nationals. The type of integration into the labour market and the levels of education are the most preponderant factors in explaining the level of income of individuals, justifying the results observed in the foreign population.

**KEYWORDS:** Poverty; Immigration; Portugal; Migration Policy.

**JEL CODES:** F22; I32; J15; J18; J61.

## ÍNDICE

1. Introdução .....	1
2. Pobreza e Migrações: Conceitos e Medidas .....	3
2.1. Conceitos de Pobreza e Operacionalização .....	3
2.2. Migração: Teorias Explicativas e Estimação.....	7
3. Pobreza na Imigração: Os Fatores de Risco .....	9
3.1 Período de Residência, Contexto Macroeconómico e (des)Vantagens Cumultivas.....	11
3.2 Segmentação do Mercado de Trabalho .....	13
3.3 A Migração Irregular .....	14
3.4 Outros Fatores de Risco: Discriminação face aos Direitos Legais e Sociais 15	
4. Pobreza e Imigração em Portugal.....	18
4.1 Limitação de Acesso a Direitos .....	20
4.1.1 Segurança Social.....	20
4.1.2 Habitação .....	21
4.1.3 Educação.....	21
4.1.4 Mercado de Trabalho.....	22
5. Análise Empírica .....	24
5.1 Metodologia.....	24
5.2 Análise e discussão de resultados .....	26
6. Conclusão .....	33
Referências .....	35
Anexos.....	44

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da população estrangeira residente em Portugal, total e em percentagem do total da população residente, entre 2011 e 2022 .....	44
Gráfico 2 - Rendimento monetário anual líquido médio por adulto equivalente, em euros, por nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos) .....	27
Gráfico 3 - Taxa de risco de pobreza, segundo a nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos).....	28
Gráfico 4 - Diferença do risco de pobreza da população com nacionalidade estrangeira face à com nacionalidade portuguesa, em pontos percentuais, por nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos).....	29

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I - Características da população e taxa de risco de pobreza por característica, segundo a nacionalidade, 2011 a 2022 (população residente com 16 ou mais anos).....	45
Tabela II – Definição das variáveis incluídas no modelo econométrico .....	46
Tabela III - Estatísticas Descritivas das Variáveis .....	48
Tabela IV - Resumo do modelo <sup>c</sup> .....	49
Tabela V- ANOVA <sup>a</sup> .....	49
Tabela VI - Coeficientes <sup>a</sup> .....	50
Tabela VII - Estatísticas de resíduos <sup>a</sup> .....	51
Tabela VIII - Testes de Normalidade .....	51
Tabela IX - Teste Breusch-Pagan para Heterocedasticidade <sup>a,b,c</sup> .....	52
Tabela X - Estimativas de Parâmetro com Erros Padrão Robustos.....	53



## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Doutor João Peixoto pela sua disponibilidade e partilha de conhecimento, que tornaram possível a elaboração desta dissertação.

Um agradecimento especial também ao Professor Doutor Vítor Escária pela disponibilidade e apoio na secção empírica deste estudo, bem como ao Professor Doutor Francisco Nunes pela prontidão no esclarecimento de algumas questões.

À minha família, especialmente à minha mãe, por me ter acompanhado de forma incondicional desde o início do meu percurso académico e por ter partilhado os seus conhecimentos e a sua “biblioteca” na realização deste estudo. Aos meus irmãos Xica, Manel e, principalmente, Joana e ao primo “Pedrinho” pela confiança e encorajamento.

Aos *meppies* pelo apoio, desafio e companheirismo, especialmente à Ana, Daniel, aos “Henriques” e às “Inêses”. Às minhas amigas de licenciatura e de Évora e ao meu namorado pela paciência e motivação.

Por último, um agradecimento aos Coordenadores do Mestrado de Economia e Políticas Públicas, especialmente ao Professor Doutor Carlos Farinha Rodrigues, que inspirou o tema desta dissertação, e à Professora Doutora Elsa Fontainha, pela confiança, incentivo e apoio ao longo destes semestres.

## 1. INTRODUÇÃO

O fenómeno migratório não é novidade. Os humanos, desde sempre, mudam-se em busca de novas oportunidades para evitar a pobreza, conflitos ou desastres. Contudo, com a expansão europeia desde o século XVI e a Revolução Industrial no século XIX, a migração tomou um novo carácter (Castles, Haas, & Miller, 2014). Mais recentemente, a migração para a Europa do pós-2ª Guerra Mundial e os movimentos internacionais após a viragem para o século XXI conferiram-lhe o perfil que hoje conhecemos. Especificamente em Portugal, as origens, perfis e motivos de imigração foram oscilando, mas é a partir de 2017 que se verifica um aumento mais consistente e considerável nos fluxos de entrada e uma maior variedade dos perfis (Góis & Marques, 2018; SEF, 2019).

Atualmente a questão da imigração tem sido evidenciada no espaço público, onde são apresentadas diversas abordagens que as políticas públicas podem tomar. A exposição de cada vez mais casos de exploração laboral, tráfico de seres humanos (Marcelino, 2023) (Franco, 2023) (DN, 2022) ou condições insuficientes de habitação (SIC Notícias, 2023) (Pacífico, 2023) (SIC Notícias, 2023) tem alertado para a urgência de encararmos este problema evidente no nosso país. De facto, com limitações no acesso a apoios sociais, integração nos segmentos mais desfavorecidos do mercado de trabalho, maiores barreiras na educação e na habitação, entre outras, os imigrantes estarão certamente entre os segmentos da população mais vulneráveis. Por isso, é fundamental a medição e compreensão do fenómeno migratório para a resolução de qualquer questão afeta a este.

Esta dissertação visa o estudo da relação entre pobreza e imigração em Portugal. Mais especificamente, procura medir o grau em que a exposição da população imigrante à pobreza é maior relativamente à população nacional, identificando os fatores que poderão contribuir para tal. Será discutido inicialmente o conceito de pobreza e a sua operacionalização, bem como a questão do conceito de imigração, expondo-se ainda algumas teorias explicativas da migração. Adicionalmente será feito um enquadramento teórico acerca da pobreza e a sua expressão nos imigrantes, especialmente a nível internacional, seguido de um levantamento da literatura disponível sobre a pobreza e imigração em Portugal. Por fim, apresenta-se uma secção empírica, onde foram utilizados dados transversais baseados no ICOR entre os anos 2012 e 2023, onde se avalia o comportamento da taxa de pobreza e possíveis variáveis explicativas. Procurar-se-á, desta

forma, medir as diferenças na taxa de pobreza entre nacionais e estrangeiros e avaliar as suas possíveis causas. Por último, irão ser discutidas, de forma genérica, as abordagens que as políticas públicas podem tomar e que poderão ser mais eficazes face à questão da pobreza dos imigrantes em Portugal.

## 2. POBREZA E MIGRAÇÕES: CONCEITOS E MEDIDAS

### 2.1. *Conceitos de Pobreza e Operacionalização*

O conceito de pobreza tem sido objeto de estudo e discussão ao longo dos anos entre economistas e sociólogos. Considerando o grau de sofisticação envolvido, pode-se dizer que tem havido um progresso deste conceito, que naturalmente acompanha o progresso das sociedades, com um afastamento notório de abordagens *quasi*-absolutas de medição da pobreza (Callan & Nolan, 1991). Existem diversas abordagens, sendo possível identificar quatro principais correntes: baseada na subsistência, na privação relativa, na percepção social de necessidades e nas capacidades (Pereira E. , 2010).

Um dos primeiros estudos que envolveu uma certa definição de pobreza de forma a torná-la passiva de ser medida foi o de Seebohm Rowntree (1901), um sociólogo que procurou estudar a pobreza na cidade de York, em Inglaterra. Utilizando uma abordagem baseada na subsistência, o autor distinguiu dois tipos de pobreza: a “primária”, que inclui famílias com rendimentos totais insuficientes para obter o mínimo de necessidade para a manutenção da “eficiência física”, e a pobreza “secundária”, que caracteriza famílias cujos rendimentos totais seriam suficientes para a manutenção da “eficiência física”, não fosse uma proporção deles absorvida por outra despesa, útil ou não.

Atkinson (1969) considerou que o padrão de subsistência de Rowntree envolvia várias dificuldades conceituais e que é impossível definir um nível de subsistência absoluta. Desta forma, definiu que um sujeito está em situação de pobreza quando o seu rendimento é inferior ao suficiente para ser qualificado para o Benefício Suplementar<sup>1</sup>. Anos mais tarde, Atkinson e alguns colegas discutiram a determinação da linha de pobreza, recomendando utilizar tanto 50% como 60% da mediana do rendimento, bem como considerar os indivíduos incluídos no indicador como estando em “risco de pobreza” (Atkinson, Cantillon, Marlier, & Nolan, 2002).

Posteriormente Peter Townsend (1979) defendeu que a pobreza é um juízo de valor e que o respetivo conceito deve estar limitado ao propósito que a definição servirá. Assim, num estudo sobre a pobreza e as condições de vida no Reino Unido, o autor defende uma abordagem à pobreza baseada na privação relativa, identificando dois passos para a sua

---

<sup>1</sup> Benefício existente na época para famílias com rendimentos inferiores às suas necessidades, segundo os vários critérios dos regulamentos do benefício.

objetividade. O primeiro consiste em medir todo o tipo de recursos, públicos ou privados, que estão distribuídos de forma desigual na sociedade e que contribuem de alguma maneira para os padrões de vida das populações. Desta forma, é possível estabelecer uma base para comparações entre sociedades. O segundo passo consiste em definir o estilo de vida partilhado ou normalizado em cada sociedade, e descobrir se existe um ponto na escala de distribuição dos recursos abaixo do qual, à medida que os recursos diminuem, as famílias consideram particularmente difícil partilhar as atividades, dietas e costumes que compõem o estilo de vida da sociedade em que estão inseridas.

Mack e Lansley (1985) defenderam uma abordagem baseada na percepção social de necessidades. Estes autores consideram que a definição dos recursos na metodologia de Townsend é arbitrária e depende do juízo de valor de quem está a formular a lista, sem fundamento para afirmar que os referidos recursos são indicadores de pobreza. Dito de outro modo, o que é que de facto a falta de recursos está a medir? A sugestão dos autores é uma definição de pobreza em termos de uma falta forçada de certas necessidades, identificadas pela sociedade. Segundo os mesmos, a pobreza definida por Townsend faz referência a uma exclusão da “norma” ou do padrão de vida “comum”. A referência a um mínimo, e não à norma, está implícita na definição de pobreza enquanto carência de necessidades. Indivíduos que partilhem uma percepção social sentir-se-ão privados quando lhes faltarem os itens definidos pela sociedade como “necessidades”. Estas percepções sociais de necessidades são determinadas pelas condições sociais, em particular pela distribuição de recursos e pelos padrões de vida, mas também por outros fatores, como a distribuição de poder.

Uns anos antes, aquando da caracterização da justiça n’*A Teoria da Justiça*, o filósofo John Rawls (1971) apresentou uma conceção mais geral deste conceito, onde identifica os valores sociais que são considerados, posteriormente, os “bens primários sociais”: “liberdade e oportunidade, rendimento e riqueza, e as bases sociais do respeito próprio” (p. 62). É a partir destes bens que Rawls considera que devem ser avaliadas as expectativas dos sujeitos de uma sociedade e as respetivas desigualdades. Na mesma obra, o autor define também que o grupo dos mais desfavorecidos é composto pelos indivíduos cujo rendimento é menor que metade da mediana do rendimento e riqueza da sociedade.

Por último, a abordagem baseada nas capacidades é desenvolvida por Amartya Sen (1992; 1999; 2009). Este economista defende que a compreensão (e remediação) da persistência da pobreza nos diferentes países deverá considerar explicitamente a relação entre privações em diferentes dimensões, especialmente entre rendimentos, e a capacidade de ter vidas seguras e dignas. Neste sentido, é importante não olharmos para os rendimentos enquanto fins em si mesmos, mas para o que estes proporcionam às pessoas. O autor dá também importância à questão da liberdade, especialmente por duas razões: uma maior liberdade oferece mais *oportunidades* para alcançar objetivos, e, em segundo, a importância do processo de escolha em si mesmo. Em termos de *oportunidades* a vantagem de uma pessoa será menor se tiver menor *capacidade* – uma menor *oportunidade* real – para conseguir realizar coisas a que, por alguma razão, dá valor. O próprio autor sublinha que esta perspetiva não nega que rendimentos baixos são, claramente, uma das maiores causas de pobreza, dado que a falta de rendimento pode ser a principal razão para a privação das capacidades de uma pessoa. Contudo, há outras possíveis influências na privação das capacidades (e, por isso, na pobreza real), que não um nível de rendimentos baixo. Resumindo, Sen defende que a abordagem da capacidade se centra sobre a vida humana, e não sobre alguns aspetos isolados, como é o caso do rendimento ou dos bens materiais que um indivíduo possa ter à sua disposição e que, frequentemente, especialmente no domínio da análise económica, são vistos como os únicos índices de “sucesso humano”. Critica também a abordagem de Rawls, na medida em que, mesmo não incluindo apenas o rendimento na sua lista de “bens primários”, considera que estes não deixam de ser meios de carácter geral, não sendo valiosos em si mesmos.

Sen reconhece, adicionalmente, que a relação entre recursos e pobreza é profundamente dependente de vários tipos de contingências, enumerando quatro fontes de variação: heterogeneidades de natureza pessoal, diversidades no ambiente físico, variações no clima social e diferenças nas perspetivas relacionais. O autor releva que há uma importância crítica na agregação das várias desvantagens provindas de diferentes fontes de privação para a compreensão da pobreza. Neste sentido, não seria difícil que a pobreza real (vista em termos de privação e capacidades) fosse (muito) mais intensa do que se poderia vir a deduzir a partir de uma mera análise dos dados relativos ao rendimento.

A medida que é considerada como a mais próxima à ideia de avaliação da pobreza de Sen é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), avaliado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo o PNUD (1990), desenvolvimento humano pode ser considerado como um processo de alargamento das escolhas das pessoas, assim como o aumento do seu nível de bem-estar. Este termo distingue dois lados do desenvolvimento humano: um é a formação das capacidades humanas, tais como melhor saúde e conhecimento, e o outro é o uso que as pessoas fazem das suas capacidades adquiridas para trabalho, lazer ou em outro tipo de atividades. As escolhas consideradas essenciais envolvem levar uma vida longa e saudável, ter escolaridade e disfrutar de um padrão de vida decente. Escolhas adicionais podem incluir liberdade política, direitos humanos garantidos e respeito próprio. O criador do IDH afirmou que a necessidade deste índice adveio da descoberta do óbvio: as pessoas são simultaneamente o meio como o fim do desenvolvimento económico (Haq, 1995).

No contexto da União Europeia, foi em 1975 que se adotou oficialmente uma definição de pobreza: indivíduos ou famílias cujos recursos são de tal forma baixos que são excluídos do modo de vida mínimo aceitável no Estado Membro em que vivem. Os recursos a considerar eram bens, rendimentos monetários e acesso a serviços públicos ou privados (Conselho da Comunidade Europeia, 1975). Anos mais tarde, a Comissão Europeia (Commission of the European Communities, 1981) operacionalizou este conceito, identificando os pobres como aqueles cujo rendimento se encontra abaixo de metade do rendimento médio, admitindo insuficiências nesta definição, mas que obteve consenso maior. Mais recentemente, a União Europeia (Eurostat, 2010, p. 6) definiu pobreza absoluta e pobreza relativa. A primeira corresponde a uma “*condição caracterizada por privação severa de necessidades básicas humanas, inclusive comida, água potável, instalações sanitárias, saúde, abrigo, educação e informação*”. A segunda, a pobreza relativa, decorre da definição de pobreza de 1975, adicionando que, devido à pobreza, os indivíduos podem sofrer várias desvantagens, como o desemprego, rendimentos baixos, habitação precária, cuidados de saúde inadequados, barreiras à aprendizagem ao longo da vida, cultura, desporto e lazer. Devido a estas condições, as pessoas são excluídas e marginalizadas da participação em atividades económicas, sociais e culturais, e o seu acesso a certos direitos fundamentais fica comprometido.

Resumindo, no que concerne à operacionalização do conceito de pobreza, é possível distinguir três linhas gerais de diferenciação: i) a dimensão de observação (recursos vs. necessidades ou padrão de vida); ii) o padrão de referência (absoluto vs. relativo); e iii) o grau de integração das percepções sociais e individuais (Diogo (coord.), et al., 2021a).

## 2.2. Migração: Teorias Explicativas e Estimação

Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM)<sup>2</sup> (2019), migrante é um termo “guarda-chuva”, isto é, não está definido ao abrigo da lei internacional, sendo entendido na generalidade, como uma pessoa que muda da sua residência habitual (dentro do próprio país ou atravessando alguma fronteira internacional) de forma temporária ou permanente. Por seu turno, “população estrangeira residente” é considerada pelo INE como o conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que residam em Portugal.

A migração é uma consequência natural de processos sociais, políticas e de integração económica (Massey, Durand, & Malone, 2002). Assim, a migração é um problema transversal a diversas ciências. Pode ser considerada, simultaneamente, um problema demográfico e sociológico, ao afetar as dimensões das populações e as respetivas estruturas sociais e sistemas culturais, bem como um problema da psicologia social, dado o processo de decisão em que o migrante se envolve e o papel chave que a sua personalidade pode desempenhar na integração na sociedade de acolhimento. A migração também é considerada um desafio económico e político, na medida em que tais contextos influenciam mudanças na população, desde desequilíbrios económicos às condicionantes políticas que afetem os que pretendem atravessar uma fronteira política (Peixoto, 1998). Desta forma, é importante compreender a natureza deste fenómeno, de modo a perceber as motivações e os contextos dos migrantes.

As teorias explicativas das migrações podem ser divididas em duas grandes correntes (Peixoto, 1998): Teorias Micro-Sociológicas e Teorias Macro-Sociológicas. As primeiras, tal como o nome indica, direcionam a análise para o papel do agente individual que, dotado de racionalidade própria, internaliza as condicionantes externas e toma decisões. Um dos modelos mais assinalados é o *Push-Pull*. Tal modelo considera que os

---

<sup>2</sup> A Organização Internacional para as Migrações é a principal agência da Organização das Nações Unidas (ONU) que trabalha no campo das migrações.



migrantes são racionais e a sua principal motivação é a melhoria das suas condições económicas. Há uma conjugação, como o termo indica, de fatores de atração e repulsão que afetam a decisão de cada indivíduo. Lee (1966) identificou quatro tipos de fatores a serem considerados no processo da decisão de migrar: fatores associados à área de origem (de ordem económica, social e cultural), associados à área de destino (dimensão da família, custos de deslocação, clima, etc.), fatores pessoais (perceções pessoais, contactos, posição no ciclo de vida) e fatores associados a obstáculos intervenientes (distância, obstáculos físicos durante a viagem ou leis migratórias). Os motivos “materiais” de migração têm um lugar dominante no processo de decisão: os indivíduos apenas tomam a decisão se os custos do movimento forem inferiores aos benefícios esperados, mesmo que isso implique algum sacrifício nos primeiros anos da mudança.

As Teorias Macro-Sociológicas, por sua vez, privilegiam a ação de fatores coletivos que condicionam as decisões migratórias dos indivíduos. A Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado explorada por Portes (1981) identifica duas secções do mercado de trabalho, o “mercado primário” e o “mercado secundário”. O primeiro diferencia-se do segundo na medida em que integra setores do mercado com maior poder económico e prestígio social. O acesso a este segmento privilegiado é mais difícil, porque exige um capital humano qualificado ou especializado, e um maior capital social (bons contactos e redes sociais). Quando se considera a incorporação dos imigrantes, o primeiro é, assim, definido por uma entrada através dos canais legais, onde o acesso é feito em virtude das qualificações pessoais. Este tipo de imigrante tem condições de mobilidade idênticas às dos nativos e toma uma função de “reforço” na força de trabalho nacional – o seu acesso é ilustrado pelo *brain drain*<sup>3</sup>. O mercado secundário caracteriza-se por estatutos jurídicos precários (temporários ou até ilegais), onde o recrutamento é baseado nas origens étnicas e não nas qualificações pessoais, com ocupação de tarefas pontuais/sazonais e sem perspectivas de mobilidade. Esta teoria defende que não existe imigração sem “procura” específica no mercado de trabalho, tema este que será discutido mais à frente.

A Teoria dos Sistemas-Mundo desenvolvida por Petras (1981) defende que a globalização, enquanto movimento global de capital e mercadorias, criou também um “mercado de trabalho global” e que a maioria das migrações internacionais são

---

<sup>3</sup> *Brain Drain* ou “fuga de cérebros” pode ser definido como “o fluxo de pessoal profissional, gerentes, técnicos e artesões qualificados” in (Portes, 1981, p. 283).

constituídas por fluxos de trabalho. Estes fluxos tomam a direção dos países da periferia para os países centrais, de capital intensivo e melhor remuneração do trabalho. Esta teoria afirma que certas pessoas nascem no “sítio errado” e são obrigadas a migrar para outros locais, ou seja, a “estrutura” é que molda os fluxos de pessoas, e não o contrário (Peixoto, 2004).

Dada a ausência de consenso face ao conceito, a grande variedade de definições utilizadas em diferentes países e a necessidade de recolher dados comparáveis, há uma grande limitação estatística neste campo. Em Portugal, a nível estatístico, classificam-se muitas vezes os indivíduos imigrantes com base na sua nacionalidade, devido à impossibilidade, por parte da maioria das fontes de dados estatísticos e administrativos, de se proceder a uma classificação pela naturalidade (Oliveira, 2023).

### 3. POBREZA NA IMIGRAÇÃO: OS FATORES DE RISCO

Os fluxos internacionais de migração caracterizam a história da Europa. Desde a segunda metade do século XX, os padrões de migração têm sido influenciados essencialmente pelos processos de descolonização e, posteriormente, migração laboral de países extra-UE (Bárcena-Martín & Pérez-Moreno, 2017). Estes movimentos migratórios têm impacto nos contextos sociais e económicos dos países europeus em termos da pobreza, desigualdade e exclusão social. Na generalidade, os imigrantes são reconhecidos como um grupo vulnerável a baixos rendimentos e com dificuldades de integração nas sociedades recetoras.

De uma forma geral, King e Lulle (2016) defendem que os migrantes que se movem dentro do Norte Global<sup>4</sup> experienciam avanços maiores no bem-estar, face aos migrantes Sul-Norte, que também registam ganhos significativos, mas não tão acentuados. Defendem também que a migração (interna ou externa) contribui expressivamente para a saída da condição de pobreza, sendo eficaz não só para o migrante, mas também para as suas famílias (independentemente de migrarem em conjunto ou de permanecerem no local de origem). Posto isto, consideram que a migração deveria ser vista como um “bem

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada para identificar os países desenvolvidos ou de elevados rendimentos. “Sul Global” engloba os países em desenvolvimento ou classificados por terem rendimentos médio-altos, médio-baixos ou baixos (International Organization for Migration, 2013; King & Lulle, 2016).

público” global, dado que já existem evidências suficientes de que a migração contribui tanto para a melhoria das próprias condições de vida e das famílias, como para o desenvolvimento do país de origem. Milanovic (2011) defende também que a migração é o mecanismo chave para as pessoas com rendimentos mais baixos, pois estes são consideravelmente melhorados.

No contexto internacional, existem vários estudos comparativos nesta área, sendo que a maioria dos relativos a países da OCDE são convergentes nas suas conclusões: as taxas de pobreza entre imigrantes são substancialmente mais altas do que as taxas entre os nativos. Estes estudos distinguem-se pela amostra de países estudada e pelos indicadores considerados relevantes para as respetivas análises.

Utilizando dados de 2012, Bárcena e Pérez (2017) realizaram uma análise comparativa ao *gap* de pobreza existente entre os imigrantes e os nativos dos países da UE-28, Noruega e Islândia. Além da comparação entre países, realizaram também um modelo econométrico para tentar compreender as variáveis que mais poderiam influenciar o risco de pobreza nos imigrantes. Chegaram à conclusão de que o contexto nacional explica mais a variação do *gap* do que as características dos agregados individuais, e que os países com um *gap* de pobreza maior tendem a mostrar um desenvolvimento económico relativamente superior. Como corolário, poder-se-á afirmar que, a nível de desenho de políticas, não se pode esperar que a prosperidade económica por si só reduza o *gap* de pobreza imigrantes-nativos ou que diminua as desigualdades.

Existem outros estudos direcionados para o contexto europeu (Marrero & Rodríguez, 2012; Branyiczki, 2015; Eugster, 2018), específicos de países, como o caso de Espanha (Bustillo & Antón, 2011), Suécia e Dinamarca (Blume, Gustafsson, Pedersen, & Verner, 2007; Liversage & Jakobsen, 2016) ou direcionados para os Estados Unidos da América (EUA) (Chapman & Bernstein, 2003). As metodologias utilizadas são distintas, sendo o modelo econométrico o mais utilizado, com os possíveis fatores explicativos para as diferenças nas taxas de pobreza entre imigrantes-nativos, como variáveis independentes. As conclusões relativas às variáveis que poderão influenciar a diferença de rendimentos convergem para a importância do tipo de participação no mercado de trabalho por parte do imigrante, seguindo-se o facto de serem (ou não) extra-UE (no caso dos estudos relativos a países europeus). É também mencionada a importância do nível de integração

na sociedade como forma de aproveitamento das oportunidades ou benefícios sociais dos países recetores. Por fim, existem estudos direcionados especificamente para desigualdades nos acessos a certas infraestruturas sociais por parte dos imigrantes, nomeadamente no caso de Espanha face à saúde (Antón & Bustillo, 2010) ou os relativos a Portugal (mencionados e explorados no capítulo 4).

Importa evidenciar alguns fatores que contribuem para o aumento do risco de pobreza entre os imigrantes, tais como o período de residência, segmentação do mercado de trabalho, migração irregular e discriminação, não esgotando o problema, pois, como referido, nos estudos internacionais há diversas variáveis passíveis de serem analisadas.

### *3.1 Período de Residência, Contexto Macroeconómico e (des)Vantagens Cumultivas*

Alguns estudos concluíram que os rendimentos dos imigrantes que tinham chegado recentemente eram significativamente inferiores aos rendimentos dos imigrantes que residiam no país há mais tempo (Chiswick, 1978; Borjas, 1985; Simón, Sanromá, & Ramos, 2008). Chiswick defende que os imigrantes têm tendência em investir mais na sua formação (incluindo aprendizagem da língua) aquando da sua chegada, diminuindo significativamente os seus ganhos iniciais, mas apresentando um crescimento acentuado ao longo dos anos de permanência. Adicionalmente, demonstra que, passados cerca de 10 a 15 anos de permanência no país de destino, os rendimentos dos imigrantes crescem de tal ordem que acabam por intersectar os dos nativos, podendo até ultrapassar os mesmos. Assim, o autor considera que se deve ter sempre em conta o número de anos de residência no país de destino, pois ignorar esta variável poderá mascarar diferenças relevantes entre imigrantes e nativos, assim como entre imigrantes. Borjas (1985) sublinhou, no seguimento do estudo de Chiswick, que as pessoas que migram, particularmente por razões “económicas”, têm fortes incentivos para aplicar um grande esforço da sua parte em acumular competências/qualificações de capital humano específico e necessitado pelo país de destino. Dado isto, é expectável que os rendimentos dos imigrantes venham a aumentar à medida que se “assimilam” no país.

Borjas defende ainda que as diferentes coortes de imigrantes podem ter uma “qualidade” diferente e a sua experiência no país de acolhimento pode ser distinta por diversas razões. Contudo, esta análise deverá ser fundamentada, sendo crucial uma

contextualização do panorama institucional. Salienta que a experiência migratória não poderá ser verdadeiramente compreendida sem a sua introdução nos modelos de estudo de parâmetros relativos às políticas de admissão, alterações políticas e económicas nos países de origem ou alterações na procura de trabalho para nativos e imigrantes. Por exemplo, se as condições do mercado de trabalho no país de destino piorassem suficientemente, gerando uma queda do nível agregado do salário dos imigrantes, a alteração na qualidade entre coortes será ampliada. Galloway (2006) defendeu também a importância de se considerar a “qualidade das coortes”, adicionando que as possíveis diferenças registadas por efeito das condições macroeconómicas podem não só ter efeito no período atual, bem como no próprio período de chegada.

Por último, outro fator que poderá influenciar a evolução de um migrante no país de destino é o da “(des)vantagem cumulativa”, que pode ser definida como a tendência sistémica da diferença interindividual numa dada característica (e.g. saúde, dinheiro, *status* social) aumentar com a passagem do tempo (Dannefer, 2003; Liversage & Jakobsen, 2016). Por outras palavras, Dannefer explica que a vantagem cumulativa representa os incrementos sucessivos de vantagens comparativas iniciais (independentemente do mérito), o que leva a que os *gaps* entre os que “têm” e os que “não têm” aumente (*have and have-nots*). O autor não nega a importância do esforço e trabalho individual, mas demonstra o poder das realidades estruturais e sociais. Isto significa que os imigrantes, ao apresentarem diversas desvantagens face aos nativos, poderão vir a sofrer uma acumulação de desvantagens ao longo do tempo (bem como a sua possível família).

Esta ideia transporta-nos à teoria de Wilber (1975) do ciclo da pobreza, que nos indica que há uma certa predestinação de alguns indivíduos a uma vida de pobreza (económica) e que esta poderá ser “herdada” por certas características (cor da pele, *status* económico e, eventualmente, ser-se imigrante). Há consenso de que o *status* social está associado a um certo nível de rendimento, educação e reputação na comunidade. Os indivíduos tornam-se parte de um círculo vicioso, em que cada fator influencia o outro, perpetuando a estrutura social e económica do indivíduo e da sua família. O argumento do ciclo da pobreza também defende, desta forma, que as próprias desvantagens são cumulativas. Comprovando isto, Safi (2010) demonstrou no seu estudo que, mesmo depois de mais de

20 anos a viver no país de destino, os imigrantes ainda reportam uma satisfação de vida inferior aos nativos, incluindo segundas gerações de ambos pais imigrantes

### *3.2 Segmentação do Mercado de Trabalho*

Não descurando os restantes fatores contributivos para a diferença na exposição à pobreza por parte dos imigrantes relativamente aos nativos, segundo a Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado, o contexto do mercado de trabalho em cada país, e a respetiva participação por parte dos imigrantes é crucial para a diminuição do seu risco. Em países como Portugal, a segmentação do mercado de trabalho foi aprofundada pela inscrição, na legislação do emprego, da dicotomia entre diferentes formas contratuais, para a realização das mesmas tarefas numa mesma empresa.

Centeno (2013) identifica como principal diferença nas formas contratuais o grau de proteção do emprego. No caso dos contratos permanentes a proteção é muito elevada, por contraste aos contratos a prazo, em que a flexibilidade é quase total. Esta polarização levou à segmentação do mercado de trabalho, em que a duração dos empregos não é determinada pela sua eficiência e os salários não refletem a capacidade produtiva dos trabalhadores. O autor define a segmentação como uma divisão do mercado de trabalho induzida pela legislação, que restringe a eficiente afetação dos trabalhadores aos postos de trabalho disponíveis. Esta segmentação permite um processo de rotação de trabalhadores nas empresas com o objetivo de evitar o estabelecimento de relações contratuais permanentes, já que estas têm custos de dissolução elevados.

O “mercado secundário”, identificado pela Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado (Portes, 1981), é mais favorável à entrada de imigrantes devido à sua menor exigência, como a possível aceitação de estatutos irregulares ou baixas qualificações. Dados os requisitos e as condições oferecidas, os nacionais procuram relativamente menos empregos neste mercado (Massey, Durand, & Malone, 2002; Migration Advisory Committee, 2014), ao passo que os imigrantes, mesmo em condições económicas precárias, poderão vir a melhorar o seu padrão de vida anterior, ou criar expectativas de mobilidade futura. Dado isto, tem-se assistido a um desenvolvimento deste mercado, gerando um aumento da procura efetiva por trabalho imigrante. Corroborando a teoria de

Portes, não existe imigração sem procura económica específica por parte dos países de destino.

Uma das consequências da maior dificuldade de acesso ao mercado primário por parte dos imigrantes é o subemprego (indivíduo com qualificações superiores às necessárias para o cargo ocupado), prejudicando tanto o imigrante como a sociedade recetora, principalmente se isto resultar em “*flight capital*”<sup>5</sup>.

O acesso por parte dos imigrantes aos mercados secundários gera uma maior exposição a salários mais baixos (Simón, Sanromá, & Ramos, 2008; OCDE, 2015), maior vulnerabilidade a desacelerações da atividade económica (Cabral & Duarte, 2011; Esteves, Fonseca, & Malheiros, 2018), maior instabilidade e mais riscos de acidentes no trabalho, pois algumas atividades económicas estão mais sujeitas à sinistralidade laboral, nomeadamente as incluídas nos mercados secundários (Oliveira & Pires, 2010). Adicionando o facto de que os imigrantes possuem menos informações quanto aos sistemas de saúde e segurança das sociedades recetoras, é simples a compreensão do grau de vulnerabilidade dos mesmos. Dado tudo isto, são também mais propensos a sofrer de discriminação pela sociedade recetora (Agudelo-Suárez, et al., 2009).

Acrescendo à segmentação do mercado de trabalho, há também evidências de discriminação negativa face aos imigrantes nos processos de candidaturas, dificultando o acesso dos mesmos ao emprego. Nem todos são alvos desta discriminação de forma idêntica, os imigrantes muçulmanos são, consistentemente, mais discriminados face à maioria dos restantes (Esses, 2021).

### 3.3 A Migração Irregular

Segundo a OIM (2019), a migração irregular é o conceito utilizado para identificar o movimento de pessoas que ocorre fora das leis, regulações ou acordos internacionais relativos à gestão de fronteiras. É geralmente utilizado para identificar aqueles que se deslocam fora dos canais regulares de migração. Contudo, este facto não justifica o não cumprimento das responsabilidades dos Estados no que concerne à proteção dos direitos

---

<sup>5</sup> Perda de imigrantes qualificados para mercados concorrentes (países vizinhos, p.e.) que valorizem as suas qualificações (Grewal, 2007).

dos migrantes. Aliás, os Estados Membros reconhecem que alguns direitos não poderiam ser ignorados ou negados dado que o custo de exclusão social e económica é demasiado alto, tanto para os sujeitos em causa como para a restante população (Spencer, 2016).

Algumas causas deste tipo de migração podem ser guerras civis, perseguição, pobreza ou escassez de canais legais de imigração. Devido à clandestinidade associada, qualquer estimativa é significativamente incerta, mas presume-se que cerca de 10% a 15% dos migrantes internacionais, em 2015, estavam numa situação irregular (King & Lulle, 2016). Mesmo que os direitos destes migrantes estejam contemplados nas legislações internacionais, estes podem variar consoante o Estado em causa, sendo que é considerado que são excluídos do acesso a uma parte substancial da cidadania social (Baganha & Marques, 2001). King e Lulle afirmam que os migrantes irregulares são mais propensos à privação de um ou mais dos seguintes direitos: cuidados de saúde, cursos de línguas, educação e apoio na maternidade. Devido à sua condição, os migrantes irregulares estão também expostos ao trabalho mais flexível e incerto, com baixos salários e condições precárias, atributos que caracterizam o mercado secundário do trabalho (Peixoto, 2008; Oliveira & Pires, 2010). A questão da regularidade influencia também, de forma significativa, as atitudes que a sociedade tem relativamente a estes imigrantes. A irregularidade tende a “ofuscar” as características individuais de cada sujeito, despoletando atitudes negativas com fundamento moral (Esses, 2021).

O combate a este tipo de migração no âmbito político e legal tende a efetuar-se através da implementação de políticas de dissuasão, enquadrando a ausência de autorização de residência como algo criminal ou não (Liversage & Jakobsen, 2016). Contudo, este enquadramento pode ser considerado pouco apropriado, dada, em primeiro lugar, à natureza não criminal dos movimentos migratórios e, em segundo lugar, a diversas evidências empíricas de que este tipo de política de dissuasão é pouco eficaz na redução da migração irregular (Espenshade, 1994; Cornelius & Salehyan, 2007; Leerkes, Engbersen, & Leun, 2012).

### *3.4 Outros Fatores de Risco: Discriminação face aos Direitos Legais e Sociais*

Discriminação pode ser definida, de forma sintética, como um processo em que um ou vários membros de um grupo socialmente definido são tratados de forma diferenciada (de



um ponto de vista pejorativo), com base em apenas pertencer ao dito grupo (Agudelo-Suárez, et al., 2009). Alcolin, Bostin e Painter (2016) distinguiram dois tipos de discriminação: baseada nas preferências, ou seja, aversão a um certo grupo *per se*, e discriminação estatística, ou seja, baseada em características específicas expectáveis.

A discriminação pode ser testemunhada em diversas vertentes. No caso da habitação, há evidências de que na Europa há maior discriminação contra imigrantes com origem no Médio Oriente e Marrocos (Esses, 2021). Alguns estudos identificam as vantagens e desvantagens dos bairros étnica e socialmente homogéneos (enclaves étnicos), reconhecendo a discriminação acrescida face aos imigrantes que habitam nestes contextos (Arbaci & Malheiros, 2010; Ayón, 2015). Arbaci e Malheiros identificam também que, em algumas cidades sul europeias, os imigrantes não ocidentais estão entre os grupos mais vulneráveis no acesso à habitação. Os autores concluem ainda que os mecanismos de discriminação amplificam a exclusão residencial dos imigrantes e as diferenças entre nativos, principalmente não ocidentais, em termos de acesso a contratos legais e a qualidade de habitação. A deficiência e precariedade das condições de vida e habitação pode influenciar de forma significativa a integração dos imigrantes, nomeadamente o possível acréscimo de discriminação sofrida por viverem em zonas associadas a taxas de criminalidade elevada (Baganha & Marques, 2001).

No que toca ao acesso aos cuidados de saúde, há estudos que apresentam evidências de que os imigrantes têm, tendencialmente, uma taxa de acesso às urgências superior aos nativos e, por oposição, uma taxa inferior no que toca a consultas de especialidade (Antón & Bustillo, 2010; Norredam, 2011). Não há consenso nas evidências empíricas no que toca ao acesso às consultas de medicina geral e familiar. Algumas variáveis como a língua, cultura e estatuto legal constituem determinantes na acessibilidade aos serviços de saúde (Agudelo-Suárez, et al., 2009). Por outro lado, a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que a discriminação é um fator determinante para o estado de saúde de um indivíduo (Social Determinants of Health, 2010).

Quanto à educação, relatórios que analisam os dados do PISA têm vindo a demonstrar que a condição socioeconómica dos alunos impacta os seus resultados escolares (Entorf & Minoiu, 2005; OECD, 2019; OECD, 2023). Dada a propensão que os imigrantes têm

para piores condições de vida e baixos estatutos socioprofissionais, a tendência será, por isso, um pior desempenho das crianças imigrantes ou de pais imigrantes.

No campo jurídico, Fassin (2018), reiterado por Western (2018), considera que a distribuição das “punições” afetam de forma desproporcionada os segmentos mais desfavorecidos da população, agravando e perpetuando as disparidades sociais. Os autores concordam que existe uma “criminalização da pobreza”: “*the verdict has more to do with what he is than what he is accused of having done*” (Fassin, 2018, p. 105). Argumenta que as condições presentes nestes segmentos são, muitas vezes, um legado de circunstâncias históricas particulares como da escravatura, colonização ou imigração. Posto isto, defende que a questão da “punição” não se pode basear unicamente numa teoria da justiça idealista, tem também de estar assente numa teoria realista de igualdade de que a sociedade é responsável tanto pelo seu presente como pelo seu passado.

Por último, as atitudes face aos imigrantes entre os membros da sociedade de acolhimento são essenciais, pois podem influenciar as políticas migratórias, o tratamento e aceitação dos imigrantes e, conseqüentemente, as suas condições de vida (Esses, 2021). Assim sendo, atitudes inclusivas promovem a integração social dos imigrantes (Naveed & Wang, 2021). Há evidências empíricas de que o contacto direto interpessoal com membros de minorias é um dos meios mais eficazes de reduzir estereótipos e preconceitos (Esses, 2021; Fleming, Espinova, Pugliese, Ray, & Srinivasan, 2018). Há uma diferença histórica em vários países entre as atitudes face a refugiados e a outros tipos de migrantes (Esses, 2021). Esta tendência poderá estar a mudar em vários países europeus devido ao elevado número de chegadas de refugiados e às narrativas que acentuam medos de possíveis ameaças de segurança, assim como dúvidas quanto à legitimidade do estatuto de refugiado.

Os dez países com pior cotação no *Migrant Acceptance Index* são localizados na zona oriental e sudeste da Europa, do antigo bloco soviético (à exceção de Israel), e os dez países que melhor aceitam imigrantes estão localizados em diversas regiões, havendo maior concentração na África subsaariana. O mesmo índice, de 140 países, coloca Portugal em 36º lugar (Fleming, Espinova, Pugliese, Ray, & Srinivasan, 2018).

#### 4. POBREZA E IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

Existem diversos estudos sobre a pobreza e a sua evolução no caso português (Alves, 2009; Diogo & Alexandra Castro, 2015; Diogo (coord.), et al., 2021a; Diogo (coord.), et al., 2021b). Relativamente à imigração existem também vários estudos sobre a evolução e tendências das migrações em Portugal (Peixoto, 1993; Gomes & Baptista, 2003; Peixoto, 2004; Góis & Marques, 2018), bem como estudos sobre o impacto da imigração do ponto de vista social e político (Baganha & Marques, 2001) e em algumas dimensões específicas da nossa economia, seja na segurança social (SS) (Peixoto (coord.), Marçalo, & Tolentino, 2011), como também no mercado de trabalho (Peixoto, 2008; Oliveira & Pires, 2010) ou na habitação (Malheiros & Fonseca, 2011). Adicionalmente, existem relatórios realizados todos os anos pelo Observatório das Migrações (OM), que apresentam a evolução de diversas estatísticas relativas às migrações no nosso país, inclusive a dimensão da pobreza nos imigrantes (Oliveira, 2023). Contudo, são muito escassos os estudos comparativos da exposição à pobreza entre imigrantes e nacionais em Portugal.

A evolução da taxa de pobreza (após as transferências sociais) entre 2003 e 2022 sofreu algumas oscilações, mas esteve sempre próxima de afetar um quinto do total da população. Mesmo que esta tenha registado alguma diminuição ao longo do período, a intensidade da pobreza observada aumentou (Diogo (coord.), et al., 2021a). Não obstante os dados observados, Bárcena e Pérez (2017) identificaram, no estudo mencionado acima, que Portugal encontra-se nos países com maiores níveis de pobreza, mas com um *gap* de pobreza, entre imigrantes e nativos, inferior à média. Além disso, de acordo o UNDP, desde 2012, Portugal registou um ligeiro aumento do IDH, mantendo-se, contudo, sempre inferior à média europeia. Em 2022 encontrava-se na posição 42 no *ranking* mundial.

A população estrangeira a residir em Portugal aumentou de forma expressiva durante os anos 80 do século XX, ultrapassando a centena de milhar pela primeira vez no final da década. Contudo, foi na década de 90 que o crescimento da população estrangeira foi mais intenso. Esse aumento resultou, especialmente, de dois programas de legalização extraordinários que ocorreram em 1992 e 1996, mas foi também impulsionado por uma elevada procura de trabalho resultante da forte dinâmica no setor da construção (Cabral & Duarte, 2011). O principal contributo para este aumento nestas décadas foi a entrada

de cidadãos provenientes do continente africano (sobretudo Países Africanos de Língua Portuguesa, PALOP). Também nesta altura começou a ver-se um aumento do peso de imigrantes com origem no Brasil. Até meados dos anos 90 do século XX podemos reparar que muitos dos imigrantes derivavam principalmente do passado colonial e das relações históricas, culturais e económicas do país (Góis & Marques, 2018).

Entre o final do século XX e o início do século XXI começou a registar-se uma mudança nas regiões de proveniência dos imigrantes, aumentando a preponderância dos brasileiros e de diversos países da Europa do Leste (em particular a Ucrânia), que passaram a integrar os principais países de origem dos migrantes para Portugal.

Especialmente após a crise financeira de 2008 houve uma mudança no perfil de imigrantes (Góis & Marques, 2018), detetando-se uma diminuição nos fluxos migratórios associados à entrada no mercado de trabalho, aumentando o peso dos associados a reagrupamentos familiares e ao estudo (sendo que a partir de 2013 os associados ao estudo começaram a diminuir) (SEF, 2012; SEF, 2014). Contribuiu também para este novo perfil a entrada em vigor, a partir de 2009, de uma nova estrutura fiscal para residentes não habituais.

Devido a uma aceleração da economia a partir de 2018, Góis e Marques reconhecem que existiam sinais de que poderia iniciar-se um novo ciclo de entradas de imigrantes para o exercício de atividades laborais, o que se verificou num aumento considerável nos fluxos de entrada, especialmente associados à atividade profissional (SEF, 2019).

Segundo o Relatório Estatístico Anual de 2023 (Oliveira, 2023), entre 2012 e 2018 as mulheres apresentavam-se em maior número do que os homens. Quanto à distribuição por grupos etários, em 2021 a maioria da população estrangeira (cerca de 61%) concentrava-se entre os 20 e 49 anos e apresentava-se em menor proporção (8,9%) nas idades compreendidas entre os 0 e 9 anos.

O mesmo relatório mostra uma evidente diferença entre as remunerações dos nacionais e estrangeiros em 2021 e 2022. O mesmo foi identificado para o ano de 2016 no estudo da FFMS (Diogo (coord.), et al., 2021a).

#### *4.1 Limitação de Acesso a Direitos*

A Constituição da República Portuguesa contém, designadamente na Parte I (Direitos e Deveres Fundamentais) e especialmente no Título III (Direitos e deveres económicos, sociais e culturais), um conjunto de artigos que preveem a universalidade (“*Todos*”) do direito ao trabalho, à segurança social, à saúde, à habitação, entre outros (Constituição da República Portuguesa, 2019). Contudo, a limitação destes direitos é notória entre os cidadãos estrangeiros.

##### *4.1.1 Segurança Social*

Quanto ao acesso aos apoios sociais, nomeadamente relativo ao sistema previdencial (contributivo) da SS, o acesso depende da inscrição obrigatória, da responsabilidade dos empregadores (ou do próprio trabalhador, no regime de trabalhador independente). O tipo de estatuto legal dos estrangeiros não impede a inscrição, pois não é requisito qualquer documento que comprove o estatuto do migrante. Mas tal já poderá impedir o acesso a benefícios sociais, pois estes implicam a apresentação de uma autorização de residência em Portugal, sendo que a inscrição na SS poderá facilitar a obtenção da mesma, como está previsto na Lei n.º 23/2007 (lei da migração atualmente em vigor).

Num estudo realizado no âmbito do OM (Peixoto (coord.), Marçalo, & Tolentino, 2011), foram observados diferentes valores nas prestações sociais, por exemplo no subsídio de desemprego, entre estrangeiros e nativos, e mesmo entre estrangeiros com diferentes nacionalidades. Este diferencial pode ser explicado pelos distintos posicionamentos dos imigrantes no mercado de trabalho, como também pelo seu histórico de contribuições. Como já foi referido, os imigrantes ocupam os segmentos do mercado de trabalho menos favoráveis e estão mais expostos a baixos salários, o que, conseqüentemente, leva a prestações sociais necessariamente inferiores. Isto agrava-se nos casos em que a permanência no país é reduzida, quando o acesso à regularidade foi tardio, ou se o imigrante exerceu alguma atividade profissional sem descontos (muitas vezes por responsabilidade dos empregadores, mais evidente nos casos dos migrantes irregulares), tornando o histórico contributivo curto. Constata-se que há uma parte da população imigrante (com atividade económica regular ou irregular) que não está abrangida pelo sistema de segurança social. O mesmo estudo indica que este facto pode

ser devido a relações laborais informais ou a obstáculos que não são de natureza formal (falta de conhecimento dos benefícios existentes ou redes de segurança informais, p. ex.).

#### *4.1.2 Habitação*

Do ponto de vista da habitação pode-se dizer que a oferta de mercado imobiliário não mostrou capacidade para responder, de forma acessível, às volumosas chegadas de imigrantes, essencialmente depois dos anos 70 do século XX. Segundo Malheiros e Fonseca (2011), isto implicou a adoção generalizada de soluções informais, que levaram à expansão dos bairros e barracas na década de 70 e 80. Ao longo dos anos, à medida que as rendas aumentaram, outras soluções foram também adotadas, como a estratégia de partilha de casas, levando a problemas de sobrelotação nos alojamentos.

O quadro das políticas de apoio à aquisição de casa própria nos anos 2000 não teve impacto na população nacional mais pobre e nos estrangeiros. Além da carência de um mínimo de capital para contrair ou negociar empréstimos, alguns casos enfrentam dificuldades adicionais relacionadas com discriminações ou com a sua situação jurídica (como os migrantes irregulares). Em Portugal, assiste-se a dificuldades significativas sentidas pelos imigrantes no acesso à habitação, forçando-os a enveredar por ofertas informais que, habitualmente, são praticadas a preços acima dos do mercado (Malheiros & Fonseca, 2011).

A questão da habitação nunca foi considerada prioritária no âmbito das políticas públicas como um todo, especialmente na integração dos imigrantes, apesar das evidentes condições difíceis e precárias que muitos experienciam em Portugal desde os anos 70.

#### *4.1.3 Educação*

No campo da educação em Portugal, Baganha e Marques (2001) identificaram o estatuto socioprofissional dos pais e as condições de vida das próprias crianças como fatores determinantes importantes no desempenho escolar das crianças, independentemente da sua origem. Em 1997 as taxas de diplomação dos estudantes filhos de pais estrangeiros eram, em geral, inferiores à média nacional. Na época, os coordenadores do programa “Educação Intercultural”, lançado em 1993, observaram que

as condições extremamente precárias constituíam uma causa muito provável do insucesso escolar destes estudantes. Mais recentemente, o Relatório o PISA 2022 ressaltou a influência que o estatuto socioeconómico e cultural dos alunos ainda exerce nos resultados dos alunos (Duarte (coord.), et al., 2023).

Adicionalmente, Cabral e Duarte (2011) avaliaram que as diferenças entre os níveis de educação formal dos trabalhadores portugueses e imigrantes são, em geral, reduzidas, mas a proporção de iletrados é maior nos imigrantes.

#### *4.1.4 Mercado de Trabalho*

Quanto ao mercado de trabalho, Centeno (2013) considera que a elevada segmentação do mesmo é a principal característica do caso português. Isto traduz-se numa assimetria da procura, por parte das empresas, tanto de qualificações mais elevadas como de mais reduzidas. Esta polarização implica um aumento contínuo da desigualdade salarial, dado que os trabalhadores a prazo não têm acesso ao mesmo retorno que os trabalhadores permanentes. A menor segurança no emprego, em vez de ser remunerada com salários que compense o risco corrido pelos trabalhadores, na verdade regista os salários mais baixos. Góis e Marques (2018) consideram que sistemas de redes sociais concêntricas em torno de alguns pares profissões/nacionalidades, bem como a estrutura do mercado de trabalho nacional, que não facilita o acesso a estrangeiros a algumas profissões ou carreiras profissionais, explicam a “etnicização” de algumas profissões.

De facto, segundo o relatório do OM, a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho português dá-se essencialmente nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos. Em 2021, cerca de metade dos trabalhadores estrangeiros estavam presentes nos grupos profissionais 7, 8 e, especialmente, 9<sup>6</sup> (Oliveira, 2023).

Dadas as características do mercado de trabalho secundário, a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) tem vindo a privilegiar a intervenção na agricultura, setor no qual se têm vindo a detetar as piores condições de exploração laboral nos últimos anos, bem como no setor da construção e do trabalho doméstico (ACT, 2020; ACT, 2023),

---

<sup>6</sup> Segundo a Classificação Portuguesa das Profissões temos: GP7-Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices; GP8-Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; GP9-Trabalhadores não qualificados.

caracterizados por uma participação significativa de imigrantes. Dado que muita da imigração com destino a Portugal tem uma motivação económica, ou seja, destina-se a participar no nosso mercado de trabalho, compreende-se a importância deste enquanto potenciador ou deteriorador da exposição dos imigrantes à pobreza (Peixoto, 2008; Cabral & Duarte, 2011).

A irregularidade, a precaridade no mercado de trabalho, a exclusão de direitos de cidadania e o capital humano pouco adequado à sociedade de acolhimento contribuem para a condição vulnerável dos imigrantes em Portugal. A exposição mais acentuada a estes fatores de risco é refletida nos indicadores de pobreza, onde apresentam piores resultados do que os nacionais. Posto isto, de acordo com a abordagem de Sen, os imigrantes acabam, face a estas condições, por ter menos *capacidades* do que os nativos, seja por estarem mais limitados nas escolhas (*liberdade*) ou nas *oportunidades*.



## 5. ANÁLISE EMPÍRICA

### 5.1 Metodologia

Nesta secção procura-se estudar a exposição à pobreza por parte dos estrangeiros em Portugal em relação aos nacionais, e os principais fatores explicativos, tendo presente as teorias e conceitos previamente explanados. Os dados utilizados foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) para efeitos deste trabalho, tendo-se recorrido à base de dados anonimizados do ICOR de 2012 a 2023<sup>7</sup>. O tratamento de dados e a sua análise foram realizados com auxílio do *software* SPSS.

Na origem do ICOR está a elaboração de estatísticas sobre o rendimento, condições de vida e exclusão social no âmbito do Tratado da UE. Criou-se assim uma base de dados estatística europeia, EU-SILC, que implicou a implementação do ICOR em Portugal em 2004. O ICOR tem uma periodicidade anual e tem como população-alvo o conjunto de todos os indivíduos que, no período de referência, residem no território nacional.

A relevância do ICOR prende-se essencialmente com a dimensão da amostra (quase 30 mil observações anualmente) e a sua representatividade nacional (cada observação possui o seu ponderador, que foi tido em conta durante toda a análise que se segue). No que diz respeito a esta dissertação, uma das principais limitações deste inquérito é o facto de a sua amostra ser, ao longo dos anos considerados, sempre composta por cerca de 98% de nacionais. Considerando que, segundo dados do INE, o mínimo atingido de percentagem de estrangeiros no total da população foi de 3,7% entre 2011 e 2022, como podemos observar no Gráfico 4, as amostras podem não ser, de facto, representativas da realidade (ressalvando ainda que a subavaliação se poderá ter agravado nos últimos anos, dado o crescimento e diversificação da população estrangeira, p.e. o aumento dos contingentes provenientes do sudeste asiático).

A análise será baseada na nacionalidade que, como poderemos verificar, apresenta limitações. Por um lado, há diversos indivíduos que nasceram e viveram em Portugal, excluindo-os da condição de imigrante, mas que não detêm a nacionalidade portuguesa, bem como há diversos indivíduos que obtiveram a nacionalidade portuguesa, mas que se encontram na definição de imigrante. Além disso, há segmentos importantes da

---

<sup>7</sup> Sendo o ICOR relativo aos anos de 2012 a 2023, os dados são, na verdade, relativos aos anos 2011 a 2022, pelo que será esta a referência no restante trabalho.

população, com nacionalidade portuguesa, que são de origem imigrante (estrangeira) e que não são captados por esta fonte estatística, contudo estão igualmente expostos ao risco de pobreza. A variável nacionalidade, no que respeita a estrangeiros, é ainda significativamente agregada, havendo apenas distinção entre estrangeiros da UE e estrangeiros extra-UE<sup>8</sup>. Adicionalmente, esta variável está omissa para diversas observações ao longo dos anos, especialmente para observações com idade inferior a 16 anos antes de 2020, pelo que a análise se irá cingir à população residente com 16 ou mais anos.

Considerando que a taxa de risco de pobreza é medida a partir do rendimento disponível, a análise irá debruçar-se essencialmente sobre as variáveis “Rendimento por adulto equivalente (em €)”<sup>9</sup> e “Indicador de Pobreza (S/N)”<sup>10</sup>. Como vimos na primeira secção deste trabalho, estes indicadores, não obstante as suas limitações, são os que acabaram por ter mais consenso pela facilidade de operacionalização (Rawls, 1971; Commission of the European Communities, 1981; Atkinson, Cantillon, Marlier, & Nolan, 2002).

Após uma análise descritiva anual, será feita uma análise com os onze anos agregados, de forma a aferir uma tendência central ao longo da década. Em termos de amostragem, tal como referido, serão analisados apenas os indivíduos com 16 ou mais anos, perfazendo uma média de 24 mil observações por ano<sup>11</sup>. Com o intuito de averiguar uma possível relação entre o rendimento equivalente e um conjunto de variáveis independentes será estimado um modelo de regressão linear, com os parâmetros estimados pelo método dos mínimos quadrados. A fórmula que traduz esta relação é dada por (Maroco, 2007):

$$(1) \quad \hat{Y}_j = \beta_0 + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_p X_{pj} + \varepsilon_j \quad (j=1, \dots, n)$$

<sup>8</sup> Destaca-se a saída do Reino Unido da UE em 2020.

<sup>9</sup> O rendimento monetário líquido corresponde ao “rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho, de outros rendimentos privados, das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social”. Por sua vez, o rendimento equivalente “é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de adultos equivalentes, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE” (INE, 2024a).

<sup>10</sup> Corresponde à taxa de risco de pobreza, que é a “proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza, definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente” (INE, 2024b).

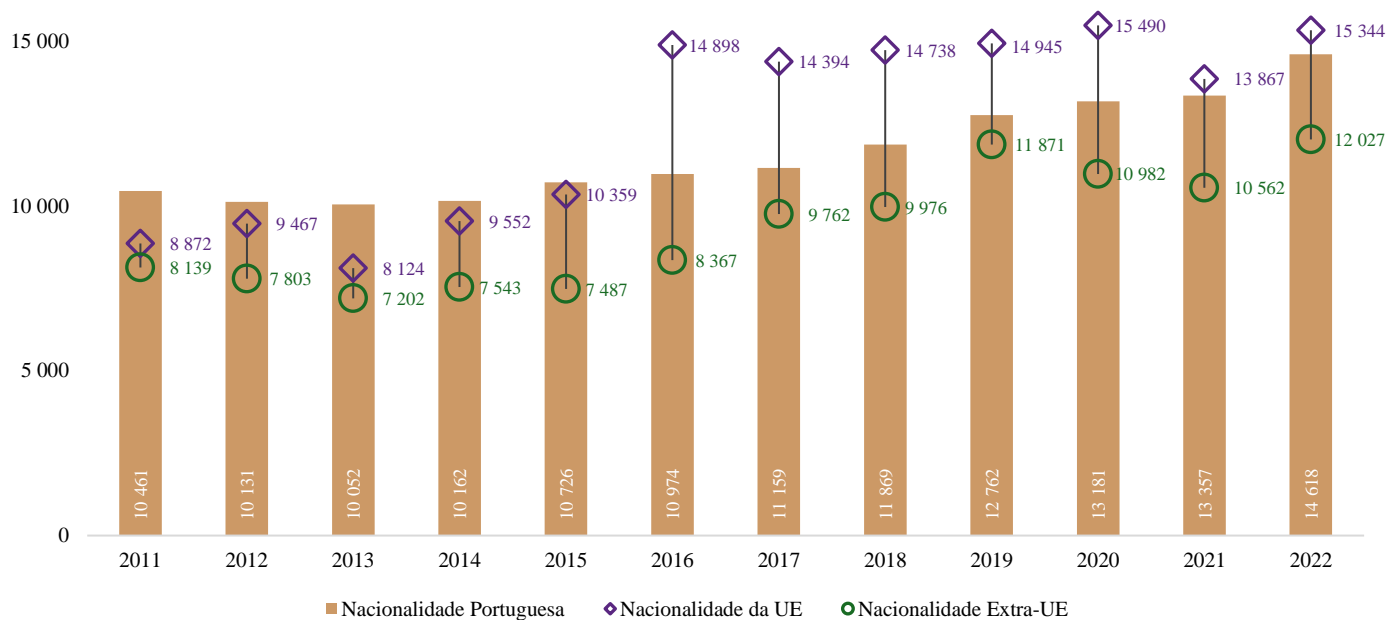
<sup>11</sup> Na análise descritiva temos que o total é dado por N=272484 (N=105853668 considerando a ponderação das observações).

As variáveis foram escolhidas com base nos estudos apresentados na revisão de literatura presente na primeira secção deste trabalho. As mesmas encontram-se sumarizadas nos anexos, na Tabela II e as respetivas estatísticas descritivas na Tabela III. A variável dependente será o rendimento monetário anual líquido por adulto equivalente (*rend\_adult\_eq*), sendo as variáveis independentes: género (variável *dummy d\_mulher*), nacionalidade da UE e extra-UE (variáveis *dummy d\_UE* e *d\_OTH*, respetivamente), escalões etários (variáveis *dummy d40\_54*, *d55\_65* e *d66*), qualificações (variáveis *dummy d\_3ºciclo*, *d\_secundáriopós* e *d\_ensinosuperior*), classificação da profissão segundo a *Internation Standard Classification of Occupations* (ISCO) (variáveis *dummy d\_apoioadm*, *d\_serviçosvendas*, *d\_agric*, *d\_artesanato*, *d\_operadores* e *d\_elementares*), tipo de contrato (*d\_indeterminado*), tipo de agregado familiar (variáveis *dummy d\_scrianças*, *d\_1adulto\_ccrianças*, *d\_2adultos\_1criança* e *d\_2adultos\_ccrianças*) e sobrelocação no alojamento (variável *dummy sobrelocação\_aloj*).

## 5.2 Análise e discussão de resultados

Relativamente ao rendimento por adulto equivalente, podemos ver no Gráfico 1 que, até 2016, o rendimento médio dos nacionais era superior tanto aos estrangeiros da UE como aos extra-UE. Contudo, a partir de 2016, os estrangeiros provenientes da UE passaram a apresentar uma média de rendimento significativamente superior. Por seu turno, os rendimentos médios dos extra-UE continuaram sempre inferiores às restantes nacionalidades. Não obstante, é clara a subida dos rendimentos médios para todas as nacionalidades, sendo que a partir de 2020, ano de pandemia, verificou-se uma ligeira diminuição apenas para os estrangeiros extra-UE, tendo havido uma recuperação em 2022. Esta diminuição pode ser um sinal da precaridade dos laços laborais que exacerba as desigualdades em períodos de crise.

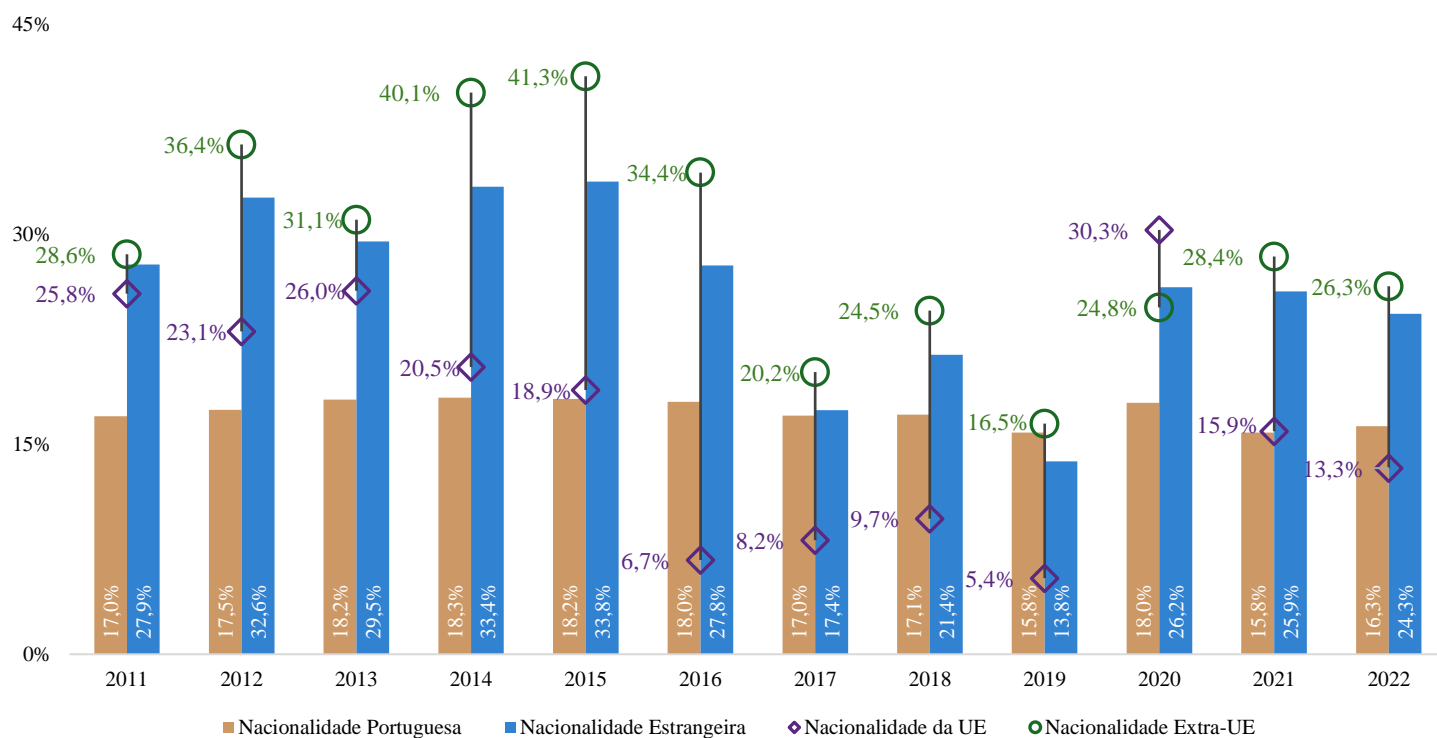
Gráfico 1 - Rendimento monetário anual líquido médio por adulto equivalente, em euros, por nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos)



Fonte: ICOR, realizado pela autora.

Relativamente à taxa de risco de pobreza, podemos ver no Gráfico 2 que, com exceção do ano 2019, os nacionais apresentaram sempre uma taxa inferior aos estrangeiros residentes no país. Mais especificamente, os estrangeiros extra-UE registaram sempre as taxas de risco de pobreza mais elevadas - com uma diferença média ao longo dos anos de cerca de 12 pontos percentuais (p.p.) face aos estrangeiros da UE. A exceção é o ano 2020, onde a taxa registada, mesmo tendo aumentado significativamente face ao ano anterior, foi inferior à dos estrangeiros da UE. O ano em que se registaram as taxas de risco de pobreza mais baixas foi em 2019, tendo o mínimo sido atingido pelos nacionais da UE (5,4%). O ano em que se registou a máxima para os nacionais foi em 2014 (18,3%), enquanto para os de nacionalidade estrangeira foi em 2015 (33,8%). É de registar o aumento da taxa de risco de pobreza dos estrangeiros a partir de 2020 (especialmente extra-UE), o que corresponde à pandemia e ao pós-pandemia, com uma ligeira diminuição em 2022 para os estrangeiros e agravamento para os nacionais.

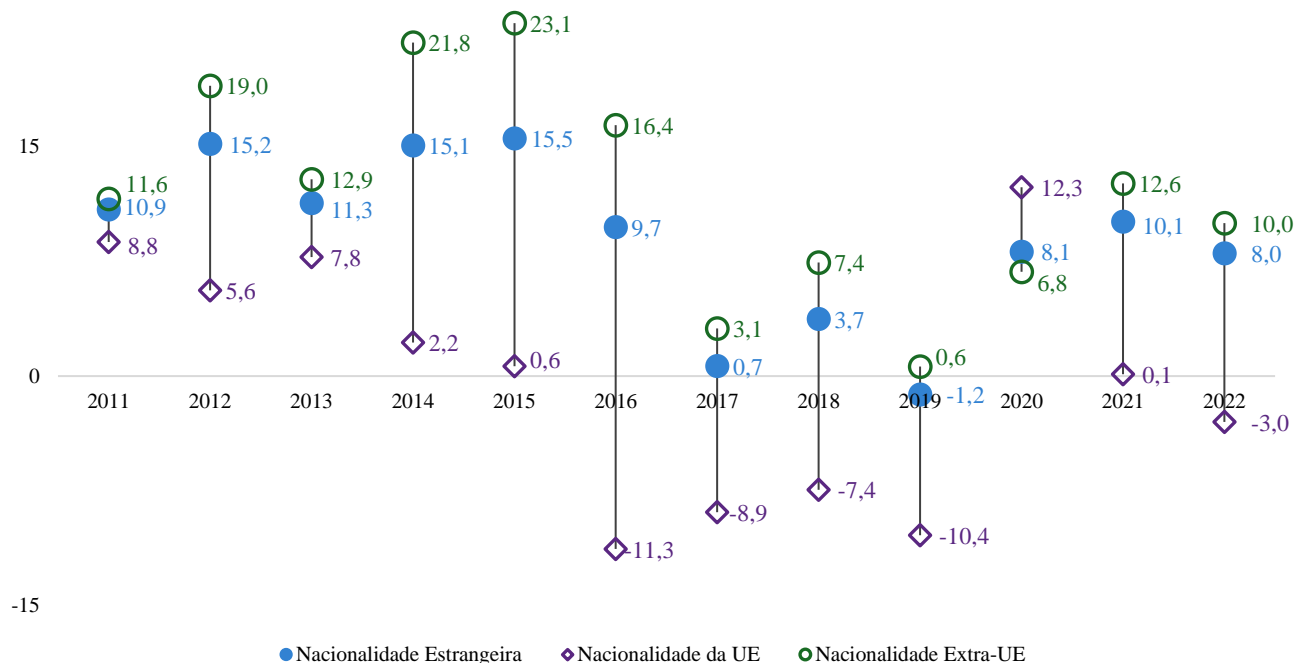
Gráfico 2 - Taxa de risco de pobreza, segundo a nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos)



Fonte: ICOR, realizado pela autora.

A diferença registada entre estrangeiros e nacionais ao longo desta década na taxa de risco de pobreza foi, em média de 9 p.p.. Segundo o Gráfico 3, podemos observar que o ano de 2015 foi aquele que maior diferença registou (15,5 p.p.); por oposição, foi o ano de 2017 onde uma menor diferença se observou (0,7 p.p.). De sublinhar o caso dos estrangeiros da UE que, nos anos de 2020 e 2021, registaram novamente uma diferença positiva (a última registada tinha sido em 2015), demonstrando que, mesmo que tenham vindo a apresentar melhores resultados que os nacionais, são também uma população mais vulnerável a choques económicos.

Gráfico 3 - Diferença do risco de pobreza da população com nacionalidade estrangeira face à com nacionalidade portuguesa, em pontos percentuais, por nacionalidade, entre 2011 e 2022 (população residente com 16 ou mais anos)



Fonte: ICOR, realizado pela autora.

Os anos em que a diferença foi persistentemente superior correspondem, em primeiro lugar, aos da crise financeira, período em que o aumento do desemprego e diminuição dos rendimentos teve uma expressão generalizada para toda a população (Rodrigues (Coord.), Figueiras, & Junqueira, 2016). Em 2020 e 2021, seguiu-se um aumento considerável das diferenças, anos de pandemia, enfatizando a fragilidade das condições de vida dos estrangeiros. Como podemos observar, os estrangeiros evidenciam maior exposição aos vários riscos devido, potencialmente, à maior precaridade laboral ou menor proteção social (Peixoto, 2008; Cabral & Duarte, 2011; Peixoto (coord.), Marçalo, & Tolentino, 2011; Esteves, Fonseca, & Malheiros, 2018; Oliveira, 2023). Estes dados confirmam o que já tinha sido demonstrado em estudos anteriores, como o recente Relatório do OM (Oliveira, 2023).

Considerando as características da população, e as possíveis causas para uma maior exposição à pobreza, não podemos concluir nenhuma relação linear entre a idade e o risco de pobreza (*vide* a Tabela I), sendo que a faixa etária mais jovem considerada (16 aos 24

anos) apresenta, em todas as nacionalidades, uma taxa de pobreza mais elevada. Além disso, verifica-se que quanto menor for a escolaridade, maior é a exposição à pobreza. Dado que há uma maior proporção de estrangeiros extra-UE com uma escolaridade mais baixa, este poderá ser um dos fatores explicativos para a diferença em relação aos da UE.

Quanto à integração no mercado de trabalho, podemos verificar uma maior presença dos estrangeiros extra-UE em profissões consideradas de base do mercado de trabalho. Os estrangeiros da UE têm uma caracterização mais heterogénea, com uma presença significativa em profissões consideradas de topo, mas também nas mais de base. Além disso, relativamente aos nacionais, há uma maior proporção dos estrangeiros com contratos com tempo determinado, havendo uma diferença significativa quanto à exposição à pobreza entre os dois tipos de contrato. Não se detetam diferenças significativas quanto à situação profissional (trabalho por conta própria/outrem), mas poderá ser apontada uma maior probabilidade de pobreza nos casos por conta própria.

Por último, verifica-se uma maior incidência de “famílias numerosas” entre os estrangeiros, o que também se traduz num maior risco de pobreza. Também a sobrelotação na habitação está associada a uma maior exposição à pobreza, e os estrangeiros estão em maior peso nesta situação (especialmente os extra-UE).

Após a estimação do modelo podemos ver na Tabela IV, quanto à sua adequabilidade, que este explica 32% da variação do rendimento monetário anual líquido por adulto equivalente, um valor relevante neste tipo de modelos. Por seu turno, a Tabela V do mesmo anexo indica-nos que globalmente o modelo é significativo ( $p < 0,000$ ) (Maroco, 2007). É assim possível prever o comportamento do rendimento monetário líquido a partir das variáveis utilizadas. Adicionalmente, podemos verificar na Tabela VI que todas as variáveis explicam significativamente a variação do rendimento ( $p < 0,001$ ).

Assim, da estimação do modelo<sup>12</sup> resultaram os coeficientes presentes na Tabela X, onde a maioria das conclusões são idênticas ao que foi observado anteriormente. Ter nacionalidade estrangeira, estar situado em classes profissionais de base, ter agregados com crianças e viver em situação de sobrelotação, são fatores que influenciam negativamente o rendimento anual de um indivíduo. A idade, por sua vez, tem um efeito

---

<sup>12</sup> Ver anexos onde constam os *outputs* detalhados do SPSS bem como a análise da verificação dos pressupostos da regressão linear múltipla, especificamente nas Tabela VII, Tabela VIII, Tabela IX, Tabela X.

positivo, especialmente no escalão etário compreendido entre os 55 e 65 anos, um dos quais a população estrangeira tem menor peso. É de sublinhar o efeito (bastante) positivo que um grau de ensino superior tem sobre o rendimento.

O efeito negativo da nacionalidade da UE poderá ser inesperado. Contudo, além da fraca representatividade que poderá enviesar os resultados, poderá dever-se a um efeito de composição, isto é, outras variáveis que influenciem de forma negativa e mais significativa o rendimento podem ser uma característica com maior incidência nesta população (p.e., maior proporção de mulheres, profissões de base ou de contratos com tempo determinado).

Os resultados confirmam as hipóteses esperadas. Observam-se, de forma clara, menores rendimentos médios e taxas de risco de pobreza superiores para estrangeiros extra-UE (que são compostos essencialmente por estrangeiros dos PALOP, países da Europa de Leste e asiáticos) face aos nacionais, e o contrário para estrangeiros da UE, sobretudo depois dos anos da crise (Marrero & Rodríguez, 2012; Bárcena-Martín & Pérez-Moreno, 2017; Diogo (coord.), et al., 2021a; Oliveira, 2023). Os fatores que mais parecem contribuir para estes resultados reforçam as conclusões dos estudos apresentados, como a integração no mercado de trabalho, nível de educação, o tipo de agregado familiar e o facto de se estar numa situação de sobrelotação (Blume, Gustafsson, Pedersen, & Verner, 2007; Bustillo & Antón, 2011; Marrero & Rodríguez, 2012; Branyiczki, 2015; Bárcena-Martín & Pérez-Moreno, 2017).

Não obstante as desigualdades registadas, e no que diz respeito às políticas de integração, Portugal assumiu um exemplo de referência no contexto europeu (Abreu & Peixoto, 2009; Oliveira, 2023). Tal poderá ser uma das causas de, mesmo apresentando taxas de risco de pobreza superiores à média, Portugal registar um *gap* de pobreza inferior entre estrangeiros e nativos face a outros países da Europa (Bárcena-Martín & Pérez-Moreno, 2017).

Segundo vários autores, políticas de migração que procurem regular os fluxos através de um maior controlo por parte do Estado não têm, por regra, os resultados pretendidos e tendem a aumentar as situações de irregularidade, trabalho informal ou discriminação, que dificultam a integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento (Espenshade, 1994; Cornelius & Salehyan, 2007; Leerkes, Engbersen, & Leun, 2012;



Haas, 2023). Além disso, os Estados não podem esperar que a prosperidade económica, *per se*, resolva as desigualdades (Atkinson, 2015; Bárcena-Martín & Pérez-Moreno, 2017), devendo implementar políticas próprias que visem uma integração estável e favorável, tanto para os estrangeiros como para os nacionais. Em resultado, o esforço dos Estados deverá concentrar-se no combate ao trabalho informal e garantia de igualdade de oportunidades. Como também vimos, este esforço deverá ser multidisciplinar, não devendo ser concentrado em políticas direcionadas apenas para o mercado de trabalho (ou especificamente para os fluxos migratórios), mas englobando também a habitação e educação (Abreu & Peixoto, 2009).

## 6. CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo estudar a relação entre *pobreza e imigração* em Portugal e, especificamente, quão expostos estão os imigrantes à pobreza face aos nacionais, assim como as possíveis causas para tal. Para além da revisão do conhecimento disponível sobre o tema, no contexto nacional e internacional, a metodologia aplicada envolveu o estudo do ICOR, que permitiu, simultaneamente, a realização de uma análise anual mais descritiva e agregada, e a estimação de uma regressão.

Posto isto, os principais resultados indicam que os estrangeiros extra-UE estão significativamente mais expostos à pobreza do que os nacionais e, mais recentemente, os estrangeiros da UE têm tendência para ficar menos expostos do que os nacionais, não descurando a sua vulnerabilidade em contextos macroeconómicos menos favoráveis. O tipo de integração no mercado de trabalho e os níveis de educação apresentaram-se como fatores preponderantes para o nível de rendimento dos indivíduos, justificando os resultados observados na população estrangeira.

Em muitos países europeus, as políticas de imigração contemporâneas procuram, cada vez mais, aumentar a capacidade de controlar e selecionar os imigrantes (através de critérios com base nas qualificações ou riqueza) (Castles, Haas, & Miller, 2014), criando uma clara assimetria perante as condições de acolhimento de trabalhadores menos qualificados ou requerentes de asilo, diferenciando-os quase como “indesejados” (Haas, 2023). Não é também incomum observar o fenómeno da imigração como estratégia eleitoral, redirecionando a insatisfação das populações para os imigrantes. De facto, este fenómeno relembra-nos a vulnerabilidade da nossa própria condição, sendo, por isso, um caminho fácil de angariação de votos e dissimulação dos problemas reais. Contudo, a escolha deste caminho também significa o adiar de um problema que só se irá agravar, podendo implodir numa crise social (Bauman, 2016).

Os agentes políticos desejam resultados imediatos e, por isso, evitam aplicar políticas de longo prazo, já que estas não só não têm um “impacto direto na vida dos cidadãos” (Pereira P. T., 2020, p. 310), como também têm, por norma, custos acrescidos, em termos de atenção e crítica por parte dos eleitores. No entanto, não olhar para os problemas de integração dos migrantes não fará com que os mesmos desapareçam, mas poderá provocar uma maior marginalização daqueles (Haas, 2023).

No caso de Portugal as políticas de integração de imigrantes têm sido frequentemente elogiadas, já que consideraram questões de longo prazo, procurando compensar as desigualdades após a chegada. Contudo, têm sido muitas vezes criticadas por terem uma implementação prática insuficiente e tardia (Abreu & Peixoto, 2009; Oliveira, 2023). Para além disso, nos últimos anos temos assistido a uma erosão do consenso político, com um crescimento dos argumentos anti-imigração como arma eleitoral.

Os claros resultados que indicam uma exposição à pobreza significativamente mais agravada por parte dos estrangeiros extra-UE, em muitos países europeus e em Portugal, relevam a importância do combate contra a pobreza. A teoria do ciclo da pobreza de Wilber (1975) e a teoria das desvantagens cumulativas de Dannefer (2003) demonstram como aquela não é uma questão que se resolve “sozinha” através das políticas habituais dos países, sendo necessária uma intervenção para cortar estes ciclos. Já Atkinson (2015) defendeu que a erradicação da pobreza nos países ricos exige uma maior ambição, que vá além das estratégias empregues até à data.

Assim sendo, as políticas públicas que respondam aos problemas associados à migração não serão eficazes se apenas forem direcionadas aos fluxos. Devem tomar uma abordagem mais holística, devendo ser consistentes com a política económica nacional e, em particular, com as políticas de mercado de trabalho, educativa e habitacional (Abreu & Peixoto, 2009). Devem ser também aplicados os princípios da luta contra a pobreza que se tornaram habituais no contexto nacional, ressalvando que têm também um caminho a percorrer para a sua melhoria (Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2012; Rodrigues & Arnold, 2015; Rodrigues (Coord.), Figueiras, & Junqueira, 2016). Acrescentaria ainda que é essencial uma perspetiva ampla desta questão, que considere que os migrantes não são só meros “fatores de produção”, mas também *pessoas* que criam laços sociais e de amizade e que formam família nos países de destino (Haas, 2023).

Para futura investigação considero que uma análise mais detalhada ao nível da intensidade da pobreza poderia ser interessante, de forma a compreender melhor a dimensão e profundidade do problema. Uma análise complementar, através, p.e., da taxa de privação material e social, poderia ser também uma mais-valia.

## REFERÊNCIAS

- Abreu, A., & Peixoto, J. (2009). Demografia, mercado de trabalho e imigração de substituição: tendências, políticas e prospetiva no caso português. *Análise Social*, vol. XLIV (193), 719-746.
- ACT. (2020). *Atividade de Inspeção do Trabalho*. Lisboa: Autoridade para as Condições do Trabalho.
- ACT. (2023). *Atividade de Inspeção do Trabalho*. Lisboa: Autoridade para as Condições do Trabalho.
- Agudelo-Suárez, A., Gil-González, D., Ronda-Pérez, E., Porthé, V., Paramio-Pérez, G., García, A. M., & Garí, A. (2009). Discrimination, work and health in immigrant populations in Spain. *Social Science & Medicine*, 68, 1866-1874. doi:10.1016/j.socscimed.2009.02.046
- Alcolin, A., Bostic, R., & Painter, G. (2016). A field study of rental market discrimination across origins in France. *Journal of Urban Economics*, 95, 49-63.
- Alves, N. (2009). Novos factos sobre a pobreza em Portugal. *Boletim Económico, Primavera*, 125-154.
- Antón, J.-I., & Bustillo, R. M. (2010). Health care utilisation and immigration in Spain. *The European Journal of Health Economics*, 11, 487-498. doi:https://doi.org/10.1007/s10198-009-0204-z
- Arbaci, S., & Malheiros, J. (2010). De-Segregation, peripheralisation and the Social Exclusion of Immigrants: Southern European Cities in the 1990s. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 36, no. 2, 227-255.
- Atkinson, A. B. (1969). *Poverty in Britain and the Reform of Social Security*. Cambridge University Press.
- Atkinson, A. B. (2015). *Inequality - What can be done?* Harvard University Press.
- Atkinson, A. B., Cantillon, B., Marlier, E., & Nolan, B. (2002). *Social Indicators: The EU and Social Inclusion*. New York: Oxford, University Press.
- Ayón, C. (2015). *Economic, Social, and Health Effects of Discrimination on Latino Immigrant Families*. Washington, DC: Migration Policy Institute.

- Baganha, M. J., & Marques, J. C. (2001). *Imigração e Política: O Caso Português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Bárcena-Martín, E., & Pérez-Moreno, S. (2017). Immigrant-native gap in poverty: a cross-national European perspective. *Review of Economics of the Household*, vol. 15, pp. 1105-1136. doi:<https://doi.org/10.1007/s11150-015-9321-x>
- Bauman, Z. (2016). *Strangers at Our Door*. Cambridge: Polity Press.
- Blume, K., Gustafsson, B., Pedersen, P. J., & Verner, M. (2007). At the Lower End of the Table: Determinantes of Poverty among Immigrants to Denmark and Sweden. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 33:3, 373-396. doi:10.1080/13691830701234517
- Borjas, G. J. (1985). Assimilation, Changes in Cohort Quality, and the Earnings of Immigrants. *Journal of Labor Economics*, vol. 3, no. 4, 463-489.
- Branyiczki, R. (2015). In-work Poverty among Immigrants in the EU. *Review of Sociology*, 25 (4), 86-106.
- Bustillo, R. M., & Antón, J.-I. (02 de abril de 2011). From Rags to Riches? Immigration and Poverty in Spain. *Policy Research and Policy Review*, vol. 30, pp. 661-676.
- Cabral, S., & Duarte, C. (2011). Os Imigrantes no mercado de Trabalho Português. *Boletim Económico, Primavera 2011*, pp. 103-124.
- Callan, T., & Nolan, B. (1991). Concepts of Poverty and the Poverty Line. *Journal of Economic Surveys*, Vol.5(3), 241-261.
- Castles, S., Haas, H. d., & Miller, M. J. (2014). *The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World*. London: Palgrave Macmillan.
- Centeno, M. (2013). *O Trabalho: Uma Visão de Mercado*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Chapman, J., & Bernstein, J. (abril de 2003). Immigration and poverty: how are they linked. *Monthly Labor Review*, 126(4), pp. 10-15.
- Chiswick, B. R. (1978). The Effect of Americanization on the Earnings of Foreign-born Men. *Journal of Political Economy*, vol. 86, no. 51, 897-921.

- Commission of the European Communities. (1981). *Final Report from the Commission to the Council on the First Programme of Pilot Schemes and Studies to Combat Poverty*. Bruxelas. Obtido de <https://aei.pitt.edu/view/eusubjects/H030007.html>
- Conselho da Comunidade Europeia. (22 de julho de 1975). 75/458/EEC, Decisão do Conselho.
- Constituição da República Portuguesa. (janeiro de 2019). *Diário da República, n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10*.
- Cornelius, W. A., & Salehyan, I. (2007). Does border enforcement deter unauthorized immigration? The case of Mexican migration to the United States of America. *Regulation & Governance, Vol. 1, Issue 2*, pp. 139-153.
- Dannefer, D. (2003). Cumulative Advantage/Disadvantage and the Life Course: Cross Fertilizing Age and Social Science Theory. *Journal of Gerontology: Social Sciences, Vol. 58B, No.6*, 327-337.
- Diogo (coord.), F., Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., . . . Perista, P. (2021a). *A pobreza em Portugal - Trajetos e quotidianos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Diogo (coord.), F., Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., . . . Perista, P. (abril de 2021b). Faces da Pobreza em Portugal. *Resumos da Fundação*.
- Diogo, F., & Alexandra Castro, P. P. (2015). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal* (Vols. Coleção Debater O Social - 34). V.N. Famalicão: Editora Húmus.
- DN. (23 de novembro de 2022). Megaoperação no Alentejo. PJ detém 35 pessoas que escravizavam trabalhadores estrangeiros. *Diário de Notícias*.
- Duarte (coord.), A., Nunes, A., Vasconcelos, A., Mota, M., Cabral, M., & Rodrigues, M. (2023). *PISA 2022 - Portugal, Relatório Nacional*. Lisboa: IAVE.
- Espenshade, T. J. (Dezembro de 1994). Does the Threat of Border Apprehension Deter Undocumented US Immigration. *Population and Development Review, Vol. 20, No. 4*, pp. 871-892.

- Esses, V. M. (2021). Prejudice and Discrimination Toward Immigrants. *Annual Review of Psychology*, 72, 503-531. doi:<https://doi.org/10.1146/annurev-psych-080520-102803>
- Esteves, A., Fonseca, M., & Malheiros, J. (2018). Labour market integration of immigrants in Portugal in times of austerity: resilience, in situ responses and re-emigration. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 44:14, 2375-2391. doi:10.1080/1369183X.2017.1346040
- Eugster, B. (2018). Immigrants and poverty, and conditionality of immigrants' social rights. *Journal of European Social Policy*, vol. 28 (5), 452-470.
- Eurostat. (2010). *Combating poverty and social exclusion: a statistical portrait of the European Union 2010*. Luxemburgo: Comissão Europeia.
- Fassin, D. (2018). *The Will to Punish*. New York: Oxford University Press.
- Fleming, J. H., Espinova, N., Pugliese, A., Ray, J., & Srinivasan, R. (2018). Migrant Acceptance Index: A Global Examination of the Relationship Between Interpersonal Contact and Attitudes toward Migrants. *Border Crossing*, vol. 8, no. 1, 103-132.
- Franco, H. (21 de novembro de 2023). Megaoperação da J contra trabalho escravo no Alentejo faz 28 detidos. *Expresso*.
- Galloway, T. A. (2006). Do Immigrants Integrate Out of Poverty in Norway. *Discussion Papers*(No. 482). Oslo: Research Department, Statistics Norway.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *Portugal: um retrato ainda singular? 40 anos volvidos*, n.29, pp. 125-151.
- Gomes, A. M., & Baptista, S. (2003). Imigração, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho - O Caso Português. *Estudos Regionais*, n.º 1, 99-132.
- Grewal, S. (21 de julho de 2007). Brain Drain II: Immigrants let glass ceiling gather dust. *Toronto Star*.
- Haas, H. d. (2023). *How Migration Really Works - A Factual Guide to the Most Divisive Issue in Politics*. Dublin: Penguin Random House.

- Haq, M. u. (1995). *Reflections on Human Development*. New York: Oxford University Press.
- INE. (2024a). *Portal de Estatísticas Oficiais*. Obtido de Metainformação - Rendimento médio monetário anual líquido por adulto equivalente (€): [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0009373&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0009373&lingua=PT)
- INE. (2024b). *Portal de Estatísticas Oficiais*. Obtido de Metainformação - Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %): [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0004206&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0004206&lingua=PT)
- INE. (2024c). *Portal de Estatísticas Oficiais*. Obtido de Metainformação - Taxa de sobrelotação da habitação (%): [https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var\\_cd=0006261&lingua=PT](https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/minfo.jsp?var_cd=0006261&lingua=PT)
- International Organization for Migration. (2013). *World Migration Report 2013: Migrant Well-Being and Development*. Geneva: IOM.
- International Organization for Migration. (2019). *Glossary on Migration*. Geneva: IOM.
- King, R., & Lulle, A. (2016). *Research on Migration: Facing Realities and Maximising Opportunities*. Luxemburgo: European Commission.
- Lee, E. S. (1966). A Theory of Migration. *Demography*, Vol. 3, No. 1, pp. 47-57.
- Leerkes, A., Engbersen, G., & Leun, J. v. (16 de Fevereiro de 2012). Crime among irregular immigrants and the influence of internal border control. *Crime Law and Social Change*, Vol. 58, pp. 15-38.
- Liversage, A., & Jakobsen, V. (2016). Unskilled, Foreign, and Old: A Life Course Perspective on Immigrant Poverty. *GeroPsych: The Journal of Gerontopsychology and Geriatric Psychiatry*, 29 (2), 93-103.
- Mack, J., & Lansley, S. (1985). *Poor Britain*. London: George Allen & Unwin.
- Malheiros, J., & Fonseca, L. (2011). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal* (Vol. vol. 48). Observatório da Imigração.
- Marcelino, V. (21 de novembro de 2023). Pelo menos 100 imigrantes estavam a ser explorados no Baixo Alentejo. *Diário de Notícias*. Obtido de



<https://www.dn.pt/sociedade/dezenas-de-detidos-em-operacao-contra-traffic-de-seres-humanos-no-alentejo-17374636.html>

- Maroco, J. (2007). *Análise Estatística Com Utilização do SPSS* (3a ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Marrero, G. A., & Rodríguez, J. G. (Dezembro de 2012). Inequality of Opportunity in Europe. *Review of Income and Wealth, Series 58*(4), pp. 597-621. doi:10.1111/j.1475-4991.2012.00496.x
- Massey, D. S., Durand, J., & Malone, N. J. (2002). *Beyond Smoke and Mirrors: mexican immigration in an era of economic integration*. New York: Russel Sage Foundation.
- Migration Advisory Committee. (2014). *Migrants in low skilled work: The growth of EU and non-EU labour in low-skilled jobs and its impact on the UK*. London.
- Milanovic, B. (2011). *Global Inequality: From Class to Location, from Proletarians to Migrants*. The World Bank: Poverty and Inequality Team.
- Naveed, A., & Wang, C. (2021). Can Attitudes Toward Immigrant Explain Social Integration in Europe? EU versus Non-EU Migrant. *Social Indicator Research, 153*, 345-383. doi:<https://doi.org/10.1007/s11205-020-02492-8>
- Norredam, M. (2011). Migrants' access to healthcare. *Danish Medical Bulletin, 58* (10).
- OCDE. (2015). *In it Together: Why Less Inequality Benefits All*. Paris: OECD Publishing. doi:<http://dx.doi.org/10.1787/9789264235120-en>
- Oliveira, C. R. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2023*. Observatório das Migrações, Lisboa.
- Oliveira, C. R., & Pires, C. (2010). *Imigração e Sinistralidade Laboral* (Vol. 41). Observatório da Imigração.
- Pacífico, M. (2023). Polícia investiga imigrantes a viver em condições miseráveis no Funchal. *Diário de Notícias*.
- Peixoto (coord.), J., Marçalo, C., & Tolentino, N. C. (2011). *Imigrantes e Segurança Social em Portugal* (Vol. 49). Observatório da Imigração.

- Peixoto, J. (1993). A emigração portuguesa a partir de 1980: factos estatísticos e modalidades de evolução. *Estudos Demográficos - Revista do GED/INE, Vol. 31*, pp. 35-69.
- Peixoto, J. (1998). *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal: Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*. (Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão), Lisboa. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11189>
- Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. *SOCIUS Working Papers, n.º 02/2004*.
- Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes. *Revista Migrações, Imigração e Mercado de Trabalho, vol.2*, 19-46.
- Pereira, E. (2010). Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. *Forum Sociológico, 20*, pp. 57-66.
- Pereira, P. T. (2020). *O Prisioneiro, o Amante e as Sereias (Instituições económicas, políticas e democracia)*. Coimbra: Edições Almedina.
- Petras, E. M. (1981). 3: The Global Labor Market in the Modern World-Economy. *International Migration Review, 15(1)*, pp. 44-63.
- Portes, A. (1981). 13: Modes of Structural Incorporation and Present Theories of Labor Immigration. *International Migration Review, 15(1)*, pp. 279-297.
- Rawls, J. (1971). *A Theory of Justice*. Harvard University Press.
- Rodrigues (Coord.), C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, C. F., & Arnold, J. (2015). Reducing inequality and poverty in Portugal. *OECD Economics Department Working Papers, No. 1258*. doi:<https://doi.org/10.1787/5jrw21ng3ts3-en>

- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2012). *Desigualdade Económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rowntree, B. S. (1901). *Poverty: a Study of Town Life*. London: MacMillan and Co., Limited.
- Safi, M. (2010). Immigrants' life satisfaction in Europe: between assimilation and discrimination. *European Sociological Review*, vol. 26 (2), 159-176. doi:<https://doi.org/10.1093/esr/jcp013>
- SEF. (2012). *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo - 2011*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2014). *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo - 2013*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- SEF. (2019). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2018*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Sen, A. (1992). *Inequality Reexamined*. New York: Oxford University Press.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. Oxford University Press.
- Sen, A. (2009). *A Ideia de Justiça*. (N. C.-B. Bastos, Trad.) Edições Almedina.
- SIC Notícias. (2023). Em Lisboa, há imigrantes a pagar 10 euros por cama em espaços sobrelotados e em mau estado. *SIC Notícias*.
- SIC Notícias. (2023). Incêncido na Mouraria: viviam 16 pessoas numa loja arrendada por 750€. *SIC Notícias*.
- Simón, H., Sanromá, E., & Ramos, R. (2008). Labour segregation and immigrant and native-born wage distributions in Spain: an analysis using matched employer-employee data. *Spanish Economic Review*, 10, 135-168. doi:<https://doi.org/10.1007/s10108-007-9035-1>
- Social Determinants of Health. (2010). *A Conceptual Framework for Action on the Social Determinants of Health*. Geneva: World Health Organization.
- Spencer, S. (2016). Managing Irregular Migrants within the EU. Em S. Carrera, & E. Guild (Edits.), *Irregular Migration, Trafficking and Smuggling of Human Beings*:

*Policy Dilemmas in the EU* (pp. 41-46). Brussels: Centre for European Policy Studies.

Townsend, P. (1979). *Poverty in the United Kingdom: a Survey of Households Resources and Standards of Living*. England: Penguin Books.

UNDP. (1990). *Human Development Report 1990: Concept and Measurement of Human Development*. New York: United Nations Development Programme.

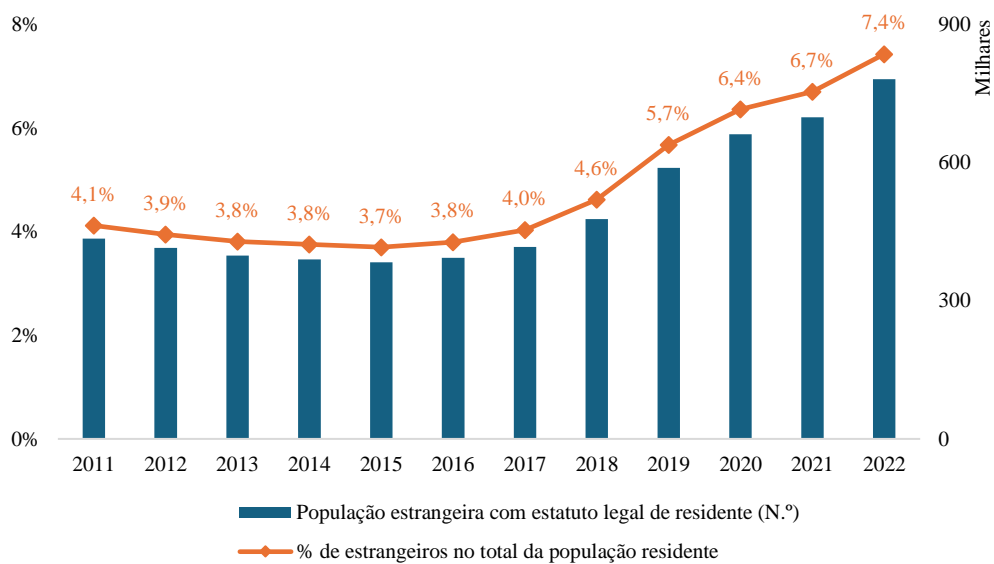
Western, B. (2018). Violence, Poverty, Values, and the Will to Punish. Em D. Fassin, *The Will to Punish* (pp. 129-141). New York: Oxford University Press.

Wilber, G. L. (1975). Determinants of Poverty. Em G. L. Wilber (Ed.), *Poverty: A New Perspective* (pp. 5-23). Kentucky: The University Press of Kentucky.

Wooldridge, J. M. (2015). *Introductory Econometrics* (6th ed.). Boston: Cengage Learning.

## ANEXOS

Gráfico 4 – Evolução da população estrangeira residente em Portugal, total e em percentagem do total da população residente, entre 2011 e 2022



Fonte: INE

Tabela I - Características da população e taxa de risco de pobreza por característica, segundo a nacionalidade, 2011 a 2022 (população residente com 16 ou mais anos)

	Proporção da população			Taxa de Risco de Pobreza		
	PT	UE	Extra-UE	PT	UE	Extra-UE
<b>Total</b>	98,0%	0,5%	1,4%	17,3%	18,1%	29,0%
<b>Sexo</b>						
Mulher	53,1%	53,6%	59,2%	17,8%	16,4%	28,9%
Homem	46,9%	46,4%	40,8%	16,6%	20,1%	29,0%
<b>Idade</b>						
16-24	10,8%	8,4%	14,8%	22,6%	30,0%	37,7%
25-39	20,4%	35,4%	45,2%	13,9%	11,5%	24,1%
40-54	25,2%	30,2%	23,8%	17,2%	25,3%	31,9%
55-65	16,6%	12,0%	7,5%	18,2%	20,2%	30,2%
>=66	23,1%	11,1%	3,5%	17,2%	8,4%	32,0%
<b>Educação</b>						
Pré-Primária	5,4%	1,4%	2,5%	33,4%	12,0%	54,7%
1º e 2º ciclos	27,9%	5,1%	14,3%	23,7%	23,1%	37,9%
3º ciclo	16,2%	14,0%	16,1%	18,0%	21,3%	34,4%
Secundário e pós	10,9%	11,2%	20,2%	14,2%	22,9%	26,3%
Ensino Superior	15,9%	31,4%	19,1%	5,0%	11,4%	16,9%
<b>Situação Profissional</b>						
Trab. Conta-Outrem	68,8%	72,5%	72,9%	13,1%	16,0%	24,3%
Trab. Conta-Própria	10,9%	12,6%	8,8%	27,9%	17,1%	34,5%
<b>Classificação Profissão</b>						
Gerentes	4,5%	7,4%	2,8%	13,1%	10,0%	27,5%
Profissionais	12,0%	20,7%	8,6%	3,4%	6,6%	12,7%
Técnicos e Prof. Associados	8,3%	8,3%	4,6%	6,6%	6,5%	17,7%
Apoio Administrativo	6,3%	4,4%	4,9%	8,9%	17,1%	15,2%
Serviços e Vendas	13,4%	10,9%	24,3%	16,5%	23,8%	24,5%
Agricultura, Silvicultura e Pesca	4,5%	3,0%	0,5%	32,0%	38,9%	50,0%
Artesanato	12,1%	10,5%	11,2%	21,6%	21,5%	32,7%
Operadores	7,9%	5,9%	6,0%	14,1%	19,6%	18,4%
Elementares	10,6%	14,9%	19,2%	25,7%	24,6%	34,9%
<b>Tipo de Contrato</b>						
Tempo Determinado	10,9%	22,4%	26,0%	21,6%	23,6%	28,9%
Tempo Indeterminado	53,0%	44,2%	41,3%	9,5%	11,2%	19,5%
<b>Agregado Familiar</b>						
Sem Crianças	58,8%	46,2%	38,7%	15,9%	18,9%	18,1%
1 adulto c/ crianças	3,0%	5,5%	5,5%	30,0%	16,4%	40,4%
2 adultos c/1 criança	13,4%	19,8%	17,3%	13,8%	8,8%	28,6%
2adultos c/ 2+ crianças	12,3%	16,3%	18,3%	18,9%	22,6%	42,5%
<b>Sobrelotação</b>						
Não Sobrelotado	91,3%	85,2%	70,5%	15,9%	15,7%	25,0%
Sobrelotado	8,7%	14,8%	29,5%	31,8%	32,4%	38,4%

Fonte: ICOR, elaborada pela autora.

Tabela II – Definição das variáveis incluídas no modelo econométrico

Variáveis	Definição
<b>Variável Dependente</b>	
rend_adult_eq	Rendimento monetário anual líquido por adulto equivalente (em €)
<b>Variáveis Independentes</b>	
d_mulher	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde ao sexo feminino e 0 ao sexo masculino.
d_UE	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo de nacionalidade de um país da UE e 0 caso contrário.
d_OTH	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo de nacionalidade de um país extra-UE e 0 caso contrário.
d40_54	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com uma idade compreendida entre os 35 e 54 anos e 0 caso contrário.
d55_65	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com uma idade compreendida entre os 55 e 65 anos e 0 caso contrário.
d66	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com uma idade acima dos 66 anos e 0 caso contrário.
d_3ºciclo	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com o 3º ciclo completado até à data da entrevista e 0 caso contrário.
d_secundáriopós	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com o secundário ou pós-secundário completado até à data da entrevista e 0 caso contrário.
d_ensinosuperior	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo com o ensino superior completado até à data da entrevista e 0 caso contrário.
d_apoioadm	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 5 (trabalhadores de apoio administrativo) e 0 caso contrário.
d_serviçosvendas	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 6 (trabalhadores de serviços e vendas) e 0 caso contrário.
d_agric	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 7 (trabalhadores qualificados da agricultura, floresta e pescas) e 0 caso contrário.

d_ artesanato	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 8 (trabalhadores artesanais e afins) e 0 caso contrário.
d_operadores	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 9 (operadores e montadores de instalações e maquinaria) e 0 caso contrário.
d_elementares	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo cuja profissão principal se inclui na classificação 10 (trabalhadores de ocupações elementares) e 0 caso contrário.
d_determinado	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo que tenha um contrato de trabalho com tempo determinado, e 0 caso contrário.
d_scrianças	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo pertencente a um agregado sem crianças, e 0 caso contrário.
d_1adulto_ccrianças	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo pertencente a um agregado composto por um adulto e, pelo menos, uma criança, e 0 caso contrário.
d_2adultos_1criança	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo pertencente a um agregado composto por dois adultos e uma criança, e 0 caso contrário.
d_2adultos_ccrianças	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo pertencente a um agregado composto por dois adultos e, pelo menos, duas crianças, e 0 caso contrário.
sobrelotação_aloj	Variável binária ( <i>dummy</i> ), em que o valor 1 corresponde a um indivíduo que more em situação de sobrelotação e 0 caso contrário. Considera-se sobrelotado o “ <i>espaço de habitação correspondente a um número de divisões que é insuficiente para a dimensão e perfil demográfico do agregado</i> ” (INE, 2024c).

Fonte: ICOR.



Tabela III - Estatísticas Descritivas das Variáveis

	Média	Erro Desvio	N
Rendimento por adulto equivalente (em €)	12565,6758	8496,54846	49273304
sexo=Feminino	,5144	,49979	49273304
nacionalidade=União Europeia	,0041	,06388	49273304
nacionalidade=Outro	,0145	,11972	49273304
esc_et=40-54	,3114	,46306	49273304
esc_et=55-65	,1886	,39121	49273304
esc_et=>=66	,1696	,37531	49273304
educação=3º ciclo	,2159	,41145	49273304
educação=Secundário e pós-secundário	,1417	,34878	49273304
educação=Ensino Superior	,2700	,44396	49273304
situação_prof=Trabalhador por conta própria	,0000	,00000	49273304
class_prof=Apoio Administrativo	,0798	,27100	49273304
class_prof=Serviços e Vendas	,1701	,37573	49273304
class_prof=Agrícolas, florestais e pesqueiros qualificados	,0168	,12856	49273304
class_prof=Trab. Artesanais e afins	,1532	,36019	49273304
class_prof=Operadores e montadores de instalações e máquinas	,1182	,32280	49273304
class_prof=Ocupações Elementares	,1278	,33387	49273304
tp_contrato=Indeterminado	,8252	,37979	49273304
comp_agregado=Sem crianças	,5838	,49293	49273304
comp_agregado=1 adulto com pelo menos uma criança	,0254	,15731	49273304
comp_agregado=2 adultos com uma criança	,1484	,35553	49273304
comp_agregado=2 adultos com pelo menos duas crianças	,1238	,32932	49273304
Sobrelocação do alojamento	,09	,284	49273304

Fonte: ICOR, *output* do SPSS.

Tabela IV - Resumo do modelo<sup>c</sup>

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Durbin-Watson
1	,566 <sup>a</sup>	,320	,320	7006,40839	. <sup>b</sup>

a. Preditores: (Constante), Sobrelotação do alojamento, sexo=Feminino, nacionalidade=União Europeia, esc\_et=40-54, class\_prof=Agrícolas, florestais e pescadores qualificados, class\_prof=Apoio Administrativo, nacionalidade=Outro, educação=3º ciclo, tp\_contrato=Indeterminado, comp\_agregado=1 adulto com pelo menos uma criança, class\_prof=Operadores e montadores de instalações e máquinas, comp\_agregado=2 adultos com uma criança, class\_prof=Ocupações Elementares, educação=Secundário e pós-secundário, comp\_agregado=2 adultos com pelo menos duas crianças, class\_prof=Trab. Artesanais e afins, esc\_et=55-65, class\_prof=Serviços e Vendas, esc\_et=>=66, comp\_agregado=Sem crianças, educação=Ensino Superior

b. Não calculado porque as ponderações de caso fracionárias foram encontradas para a variável especificada no comando WEIGHT.

c. Variável Dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

Fonte: ICOR, *output* do SPSS.

Tabela V- ANOVA<sup>a</sup>

Modelo		Soma dos Quadrados	df	Quadrado Médio	Z	Sig.
1	Regressão	1138292042876964,500	21	54204382994141,164	1104189,235	,000 <sup>b</sup>
	Resíduo	2418813512783732,000	49273282	49089758,588		
	Total	3557105555660696,500	49273303			

a. Variável Dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

b. Preditores: (Constante), Sobrelotação do alojamento, sexo=Feminino, nacionalidade=União Europeia, esc\_et=40-54, class\_prof=Agrícolas, florestais e pescadores qualificados, class\_prof=Apoio Administrativo, nacionalidade=Outro, educação=3º ciclo, tp\_contrato=Indeterminado, comp\_agregado=1 adulto com pelo menos uma criança, class\_prof=Operadores e montadores de instalações e máquinas, comp\_agregado=2 adultos com uma criança, class\_prof=Ocupações Elementares, educação=Secundário e pós-secundário, comp\_agregado=2 adultos com pelo menos duas crianças, class\_prof=Trab. Artesanais e afins, esc\_et=55-65, class\_prof=Serviços e Vendas, esc\_et=>=66, comp\_agregado=Sem crianças, educação=Ensino Superior

Fonte: ICOR, *output* SPSS.

Tabela VI - Coeficientes<sup>a</sup>

Modelo	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados			Estatísticas de colinearidade	
	B	Erro Erro	Beta	t	Sig.	Tolerância	VIF
1 (Constante)	7866,907	5,726		1373,964	,000		
sexo=Feminino	-496,832	2,143	-,029	-231,856	,000	,869	1,151
nacionalidade=União Europeia	-1005,889	15,656	-,008	-64,250	,000	,996	1,004
nacionalidade=Outro	-535,720	8,413	-,008	-63,679	,000	,982	1,018
esc_et=40-54	1562,974	2,708	,085	577,169	,000	,634	1,578
esc_et=55-65	3207,599	3,363	,148	953,928	,000	,576	1,737
esc_et=>=66	2803,941	3,786	,124	740,517	,000	,493	2,027
educação=3º ciclo	2747,775	3,009	,133	913,123	,000	,650	1,539
educação=Secundário e pós-secundário	4648,395	3,836	,191	1211,628	,000	,556	1,797
educação=Ensino Superior	8240,748	4,023	,431	2048,628	,000	,312	3,201
class_prof=Apoio Administrativo	-3129,130	4,258	-,100	-734,885	,000	,748	1,337
class_prof=Serviços e Vendas	-3684,068	3,665	-,163	-1005,142	,000	,525	1,904
class_prof=Agrícolas, florestais e pescueiros qualificados	-4927,348	8,311	-,075	-592,878	,000	,873	1,146
class_prof=Trab. Artesanais e afins	-4242,426	3,966	-,180	-1069,689	,000	,488	2,048
class_prof=Operadores e montadores de instalações e máquinas	-3845,291	4,167	-,146	-922,743	,000	,551	1,816
class_prof=Ocupações Elementares	-4451,101	4,216	-,175	-1055,824	,000	,503	1,988
tp_contrato=Indeterminado	2273,224	2,814	,102	807,912	,000	,872	1,146
comp_agregado=Sem crianças	1528,745	3,462	,089	441,581	,000	,342	2,923
comp_agregado=1 adulto com pelo menos uma criança	-2720,869	7,021	-,050	-387,559	,000	,817	1,224
comp_agregado=2 adultos com uma criança	390,000	4,065	,016	95,933	,000	,477	2,097
comp_agregado=2 adultos com pelo menos duas crianças	-962,096	4,203	-,037	-228,929	,000	,520	1,923
Sobrelotação do alojamento	-944,117	3,781	-,032	-249,699	,000	,861	1,161

a. Variável Dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

Fonte: ICOR, *output* SPSS.

Um dos pressupostos a garantir na análise é a independência das variáveis ou a não existência de multicolinearidade, isto é, as variáveis independentes estarem fortemente correlacionadas entre si. A partir das colunas “Tolerância” e “VIF” da Tabela VI podemos ver que nenhuma das variáveis viola este pressuposto ( $T > 0$  e  $VIF < 10$  (Wooldridge, 2015)).

O potencial problema com a autocorrelação não se coloca neste caso dado que estamos a lidar com dados *cross-section* que tornam a ordem das observações arbitrária. Isto significa que não será necessário testar esta questão, pois está intimamente ligada à ordem das observações.

Tabela VII - Estatísticas de resíduos<sup>a</sup>

	Mínimo	Máximo	Média	Erro Desvio	N
Valor previsto	-1222,2574	23117,2227	12565,6758	4806,41219	49273304
Resíduo	-22403,88867	171196,54688	,00000	7006,40690	49273304
Erro Valor previsto	-2,869	2,195	,000	1,000	49273304
Erro Resíduo	-3,198	24,434	,000	1,000	49273304

a. Variável Dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

Fonte: ICOR, *output SPSS*

O resultado do teste de Kolmogorov-Smirnov ( $p < 0,000$ ), apresentado na Tabela VIII indica-nos a rejeição da hipótese de que os resíduos seguem uma distribuição normal. Contudo, dada a dimensão da amostra, a não normalidade dos erros não é um problema sério (Wooldridge, 2015).

Tabela VIII - Testes de Normalidade

	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>		
	Estatística	gl	Sig.
Rendimento por adulto equivalente (em €)	,144	124463368	,000

a. Correlação de Significância de Lilliefors

Fonte: ICOR, *output SPSS*.

Já o teste Breusch-Pagan indica-nos de que o pressuposto da homocedasticidade dos resíduos não é verificado dado que se rejeita a hipótese de que as variâncias dos resíduos são homogêneas ( $p < 0,000$ ). Contudo, é possível estimar o modelo utilizando erros padrão robustos de forma a obter erros padrão e estatísticas  $t$  válidas de forma a avaliar a significância das variáveis (Wooldridge, 2015). Como é possível ver a partir da Tabela IX, não se registaram diferenças na significância das variáveis.

Tabela IX - Teste Breusch-Pagan para Heterocedasticidade<sup>a,b,c</sup>

Qui-quadrado	df	Sig.
6692833705810	1	,000

a. Variável dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

b. Testa a hipótese nula de que a variação dos erros não depende dos valores das variáveis independentes.

c. Valores preditos a partir do design: Intercepto + d\_mulher + d40\_54 + d55\_65 + d66 + d\_UE + d\_OTH + d\_3ºciclo + d\_secunáriopós + d\_ensinosuperior + d\_apoioadm + d\_serviçosvendas + d\_agric + d\_artesanato + d\_operadores + d\_elementares + d\_indeterminado + d\_scrianças + d\_1adulto\_ccrianças + d\_2adultos\_1criança + d\_2adultos\_ccrianças + sobrelotação\_aloj

Fonte: ICOR, *output* do SPSS.

Tabela X - Estimativas de Parâmetro com Erros Padrão Robustos

Variável dependente: Rendimento por adulto equivalente (em €)

Parâmetro	B	Erro padrão <sup>a</sup>	t	Sig.	Intervalo de Confiança 95%	
					Limite inferior	Limite superior
Intercepto	7866,904	5,288	1487,572	,000	7856,541	7877,268
d_mulher	-496,802	2,213	-224,472	,000	-501,139	-492,464
d40_54	1562,981	2,698	579,208	,000	1557,693	1568,269
d55_65	3207,614	3,880	826,612	,000	3200,010	3215,218
d66	2803,965	4,029	695,979	,000	2796,069	2811,860
d_UE	-1005,631	23,045	-43,638	,000	-1050,791	-960,471
d_OTH	-535,742	7,875	-68,028	,000	-551,175	-520,309
d_3ºciclo	2747,805	2,493	1102,099	,000	2742,919	2752,691
d_secunáriopós	4648,393	3,631	1280,359	,000	4641,279	4655,508
d_ensinosuperior	8240,741	4,669	1764,900	,000	8231,591	8249,891
d_apoioadm	-3129,206	4,448	-703,464	,000	-3137,924	-3120,489
d_serviçosvendas	-3684,121	3,644	-1011,108	,000	-3691,261	-3676,980
d_agric	-4927,383	5,861	-840,670	,000	-4938,869	-4915,897
d_artesanato	-4242,475	3,670	-1155,999	,000	-4249,667	-4235,283
d_operadores	-3845,325	3,742	-1027,714	,000	-3852,657	-3837,992
d_elementares	-4451,183	3,881	-1146,979	,000	-4458,788	-4443,577
d_indeterminado	2273,194	2,382	954,261	,000	2268,526	2277,862
d_scrianças	1528,816	2,771	551,756	,000	1523,386	1534,246
d_1adulto_ccrianças	-2720,823	6,637	-409,920	,000	-2733,830	-2707,816
d_2adultos_1criança	389,986	3,530	110,491	,000	383,069	396,903
d_2adultos_ccrianças	-961,996	3,362	-286,149	,000	-968,584	-955,408
sobrelotação_aloj	-944,186	2,649	-356,381	,000	-949,378	-938,994

a. Método de HC3

Fonte: ICOR, *output* do SPSS